



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO CONJUNTA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS
ESSENCIAIS DA CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM
PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Por este instrumento particular ("Instrumento de Deliberação Conjunta"), as partes abaixo nomeadas e devidamente qualificadas, a saber **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar, (parte), Torre Corcovado, Botafogo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob nº 59.281.253/0001-23, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 8.695, de 20 de março de 2006, aqui representado nos termos do seu estatuto social ("Administradora"), e **LAZULI PARTNERS ASSET MANAGEMENT LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, na Rua Professor Carlos de Carvalho, nº 164, conjunto 21, Itaim Bibi, CEP 04591-939, inscrito no CNPJ sob o nº 47.918.635/0001-36, autorizado à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, na categoria gestor de recursos, de acordo com o Ato Declaratório nº 20.773, de 04 de abril de 2023 ("Gestora" e, quando em conjunto com a Administradora, "Prestadores de Serviços Essenciais"), na qualidade de Prestadores de Serviços Essenciais da **CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA – RESPONSABILIDADE LIMITADA**, inscrita no CNPJ sob o nº 64.764.692/0001-27 ("Classe" e "Fundo"), CONSIDERANDO QUE:

- (i) A Classe e o Fundo foram constituídos sob a forma de condomínio fechado, sendo regidos nos termos da parte geral e Anexo Normativo IV da Resolução CVM nº 175 e de seu regulamento atualmente em vigor ("Regulamento"), conforme aprovado por meio do Instrumento de Deliberação Conjunta dos Prestadores de Serviços Essenciais para Constituição do Aquamarine IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, celebrado em 28 de janeiro de 2026 ("Instrumento de Constituição");
- (ii) Por meio do Instrumento de Constituição, os Prestadores de Serviços Essenciais aprovaram a primeira emissão de até 175.000 (cento e setenta e cinco mil) cotas, realizada segundo o rito de registro automático, nos termos do Art. 26, inciso VI, alínea "a" da Resolução CVM nº 160, 22 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), em regime de vasos comunicantes, de emissão de 5 (cinco) das 8 (oito) Subclasses de Cotas da Classe, quais sejam as Cotas da Subclasse A, Cotas da Subclasse B, Cotas da Subclasse C, Cotas da Subclasse D e Cotas da Subclasse H, nominativas e escriturais, conforme as características constantes do Anexo da Classe ("Primeira Emissão", "Oferta", "Cotas" e "Subclasses" respectivamente);
- (iii) Até a presente data, a Classe encontra-se pré-operacional; e



- (iv) até a presente data não houve a integralização de cotas da Classe do Fundo por qualquer investidor, sendo a Administradora e a Gestora as únicas e exclusivas responsáveis pela deliberação e aprovação de eventuais alterações no Regulamento, observada a necessidade de comunicar os potenciais investidores da Oferta sobre tal alteração.

Pelo ante exposto, os Prestadores de Serviços Essenciais **RESOLVEM**:

- (i) Alterar o Apêndice da Subclasse D da Classe, para incluir a possibilidade de (a) realização de amortização com a entrega de Ativos Alvo; (b) possibilidade de que a Taxa de Performance devida pelos Cotistas da Subclasse D também possa ser paga por meio da entrega de Ativos Alvo, a critério da Gestora.
- (ii) Alterar demais disposições necessárias em razão das inclusões indicadas acima, conforme a nova versão do Regulamento do Fundo disposta no Anexo I ao presente Instrumento de Deliberação, que passa a vigorar a partir da presente data.

Os Prestadores de Serviços Essenciais concordam em firmar o presente Instrumento de Deliberação Conjunta por meios eletrônicos, digitais e informáticos é forma válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com a assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto pelo Art.10, §2º da Medida Provisória n.º 2.200-2/2001 em vigor no Brasil.

Estando assim firmado este Instrumento de Deliberação Conjunta, vai o presente assinado em 1 (uma) via eletrônica.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026.

DocuSigned by

SANDRA IRENE ZUNIGA CAMACHO (CPF: 096.957.223-30)

Assinado por SANDRA IRENE ZUNIGA CAMACHO 0969572280
CPF: 0969572280
Data/Hora da Assinatura: 26/02/2026 18:23:45 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
E-mail: AC VALIO RFB v5
Seri: 09645812280

DocuSigned by

RENALDO GARCIA ADÃO (CPF: 092.053.167-00)

Assinado por RENALDO GARCIA ADÃO 0920526700
CPF: 0920526700
Data/Hora da Assinatura: 26/02/2026 18:24:22 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
E-mail: AC VALIO RFB v5
Seri: 0920526700

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

Administradora

DocuSigned by

Carlos de Barros Jorge Neto

Signed by LAZULI PARTNERS ASSET MANAGEMENT LTDA 47918835001336
CPF: 0527628164
Signing Time: 26/02/2026 09:18:10 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Email: AC Syntex
Seri: 0CFD0D0803740A

DocuSigned by

Bruno Chamas Alves

Assinado por Bruno Chamas Alves 3514729376
CPF: 3514729376
Data/Hora da Assinatura: 26/02/2026 18:17:46 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
E-mail: AC Syntex
Seri: 0CFD0D0803740A

LAZULI PARTNERS ASSET MANAGEMENT LTDA.

Gestora

Parte Geral do Regulamento

AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

PARTE GERAL

CAPÍTULO 1 – FUNDO

1.1 AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA (“Fundo”), regido pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”), e pela parte geral e o Anexo Normativo IV da Resolução nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários (respectivamente, “**Resolução CVM 175**” e “**CVM**”), bem como das demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, terá como principais características:

Classe de Cotas	Classe única.
Prazo de Duração	Determinado, encerrando-se em 7 (sete) anos contados da data da primeira integralização de cotas (“ Data da Primeira Integralização ”), prorrogáveis por (a) 2 (dois) períodos consecutivos de 1 (um) ano cada, conforme deliberação exclusiva do Gestor, e (b) períodos adicionais, conforme deliberação da assembleia de na qual sejam convocados todos os cotistas do Fundo (respectivamente, “ Prazo de Duração ”, “ Cotistas ” e “ Assembleia Geral de Cotistas ”).
Administrador	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM , sociedade por ações, com sede no município e estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar (parte), Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“ CNPJ ”) sob o nº 59.281.253/0001-23 e credenciada como administradora de carteira, de acordo com o Ato Declaratório CVM nº 8.695, de 20 de março de 2006 (“ Administrador ”, ou “ Prestador de Serviço Essencial ”).
Gestor	Lazuli Partners Asset Management Ltda. , sociedade limitada, com sede no município e estado de São Paulo, na Rua Professor Carlos de Carvalho, nº 164, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04531-080, inscrita no CNPJ sob o nº 47.918.635/0001-36 e autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários de acordo com o Ato Declaratório nº 20.773, de 04 de abril de 2023 (“ Gestor ” ou “ Prestador de Serviço Essencial ” e, quando referido conjuntamente com o Administrador, os “ Prestadores de Serviços Essenciais ”).
Foro Aplicável	O Fundo, seus cotistas, os distribuidores de cotas por conta e ordem, seu Gestor, seu Administrador e os demais prestadores de serviço do Fundo obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (“Regulamento CAM B3” e “CAM B3”, respectivamente), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no regulamento do Fundo e seus Anexos, nas normas editadas pela CVM que lhe sejam aplicáveis e nos instrumentos entre si firmados (“Arbitragem”). (i) A Arbitragem será de direito, com a aplicação das normas da República Federativa do Brasil, terá sede no Município de São Paulo, será conduzida em língua portuguesa e de forma confidencial. O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, sendo um deles presidente, escolhidos nos termos do Regulamento CAM B3. (ii) As despesas processuais iniciais deverão ser rateadas entre as partes, arcando cada polo processual com metade dos valores necessários, sem prejuízo à

Parte Geral do Regulamento

AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

	possibilidade de adiantamento pelas partes interessadas, resolvendo-se as indefinições nos termos do Regulamento CAM B3. A sentença arbitral deverá determinar a responsabilidade final pelas despesas de acordo com a sucumbência de cada parte, as quais deverão incluir as taxas administrativas, honorários de árbitros e de peritos e despesas com diligências processuais e fornecimento de garantias que sejam determinadas expressamente pelo tribunal arbitral. É vedada a imposição de honorários de sucumbência, bem como a determinação de indenização e/ou de reembolso por gastos com honorários contratuais de êxito e/ou com honorários de pareceristas ou outros consultores. (iii) As partes poderão recorrer ao Poder Judiciário, para tanto elegendo-se o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, para (i) buscar a execução específica de disposições contratuais certas e líquidas, que não necessitem de prévia discussão em Arbitragem; (ii) buscar a execução de sentença arbitral; (iii) buscar a anulação de sentença arbitral nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (e de normas que venham a lhe suceder); e (iv) antes da constituição do tribunal arbitral, buscar medidas cautelares ou antecipações de tutela, as quais deverão ser submetidas à posterior análise pelo tribunal arbitral. As partes concordam em afastar qualquer possibilidade de nomeação de árbitro(s) provisório(s) ou de emergência.
Encerramento do Exercício Social	Último dia do mês de janeiro de cada ano.

- 1.2** Este regulamento é composto por esta parte geral, um ou mais anexos, conforme o número de classes aqui previsto, e seus respectivos apêndices, relativo a cada subclasse (respectivamente, “**Regulamento**”, “**Parte Geral**”, “**Anexos**” e “**Apêndices**”).

Denominação da Classe	Anexo
Classe Única do Aquamarine IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada	Anexo I

- 1.3** Durante o Prazo de Duração, o Fundo poderá constituir diferentes Classes de Cotas ou Subclasses, que terão patrimônio segregado e direitos e obrigações distintos, nos termos do Artigo 5º da Resolução CVM 175, por ato conjunto do Administrador e do Gestor, sendo certo que a criação de uma nova Classe depende da aprovação em Assembleia Geral de Cotistas pelos detentores de cotas da Classe ou Classes já existentes.
- 1.4** O Anexo de cada classe de cotas, conforme aplicável, dispõe, sem prejuízo de outros requisitos e informações previstos na regulamentação, sobre as respectivas: (i) características gerais, incluindo a indicação dos demais prestadores de serviços; (ii) responsabilidade dos cotistas e regime de insolvência; (iii) condições de resgate e amortização; (iv) assembleia especial de cotistas e demais procedimentos aplicáveis às manifestações de vontade dos cotistas; (v) remuneração dos prestadores de serviços; (vi) política de investimentos e composição e diversificação da carteira, bem como os requisitos e critérios correlatos referentes a seleção e realização de investimentos e desinvestimentos; e (vii) fatores de risco.
- 1.5** O Apêndice de cada Subclasse, conforme aplicável, dispõe, sem prejuízo de outros requisitos e informações previstos na regulamentação, sobre as respectivas: (i) características gerais, incluindo público-alvo e direito de

Parte Geral do Regulamento

AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

preferência para aquisição de cotas em novas emissões (caso aplicável); e (ii) bases de cálculo e percentuais para cálculo das remunerações devidas ao Gestor (conforme aplicável, “Taxa de Gestão” e “Taxa de Performance”).

- 1.6** Para fins do disposto neste Regulamento, seus Anexos e Apêndices: (i) os termos e expressões indicados em letra maiúscula, no singular ou no plural, terão os significados atribuídos a eles conforme as definições indicadas no Glossário Apêndice a este Regulamento e no decorrer do documento; (ii) referências a Artigos, parágrafos, incisos ou itens aplicam-se a Artigos, parágrafos, incisos ou itens deste Regulamento, seus Anexos e Apêndices, conforme aplicável; (iii) todos os prazos previstos neste Regulamento, seus Anexos e Apêndices serão contados na forma prevista no Artigo 224 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, isto é, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento; e (iv) caso qualquer data em que venha a ocorrer evento nos termos deste Regulamento, seus Anexos e Apêndices não seja um dia útil, isto é, qualquer dia, exceto sábados, domingos ou feriados nacionais no Estado ou na Cidade de São Paulo, ou, no caso de pagamentos pela B3, dias sem expediente na B3 (“Dia Útil”), conforme definição nele prevista, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte.

CAPÍTULO 2 – RESPONSABILIDADE DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

- 2.1** Os Prestadores de Serviços Essenciais e demais prestadores de serviços do Fundo respondem perante a CVM, nas suas respectivas esferas de atuação, por seus próprios atos e omissões contrários à lei, ao Regulamento do Fundo ou à regulamentação vigente, sem prejuízo do exercício do dever de fiscalizar, nas hipóteses previstas na regulamentação aplicável.
- 2.1.1** Não obstante as atribuições previstas neste Regulamento e na regulamentação aplicável, cabe ao Administrador praticar os atos necessários à administração do Fundo, o que inclui, mas não se limita à contratação, em nome do Fundo ou da classe de cotas, dos seguintes serviços: (a) tesouraria, controle e processamento dos ativos; (b) escrituração das cotas; (c) auditoria independente; (d) custódia; e, eventualmente, (e) outros serviços em benefício do Fundo ou da classe de cotas.
- 2.1.2** Não obstante as atribuições previstas neste Regulamento e na regulamentação aplicável, cabe ao Gestor praticar os atos necessários à gestão da carteira de ativos do Fundo, o que inclui mas não se limita à contratação, em nome do Fundo ou da classe de cotas, dos seguintes serviços: (a) intermediação de operações para carteira de ativos; (b) distribuição de cotas; (c) consultoria de investimentos ou consultoria especializada; (d) classificação de risco por agência de classificação de risco de crédito; (e) formador de mercado de classe fechada; (f) cogestão da carteira de ativos; e, eventualmente, (g) outros serviços em benefício do Fundo ou da classe de cotas.
- 2.1.3** Caso o prestador de serviço contratado pelos Prestadores de Serviços Essenciais não seja um participante de mercado regulado pela CVM, ou o serviço prestado ao Fundo não se encontre dentro da esfera de atuação da CVM, os Prestadores de Serviços Essenciais serão responsáveis apenas pela fiscalização de tal serviço. As atribuições e a responsabilidade pela prestação deste tipo de serviço perante o Fundo e seus cotistas continuarão a exclusivo cargo do respectivo prestador de serviço ora contratado.
- 2.2** Os Prestadores de Serviços Essenciais respondem, perante os cotistas, em suas respectivas esferas de atuação, por eventuais prejuízos causados em virtude de condutas contrárias a este Regulamento ou à regulamentação aplicável, comprovados em sentença judicial ou arbitral transitada em julgado.
- 2.2.1** Os Prestadores de Serviços Essenciais não serão responsabilizados por prejuízos, danos ou perdas, inclusive de rentabilidade, que o Fundo venha a sofrer em virtude da realização de suas operações, exceto quando agirem com dolo ou má-fé.

Parte Geral do Regulamento

AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

- 2.3** Não há solidariedade entre os prestadores de serviços do Fundo, incluindo os Prestadores de Serviços Essenciais, e a contratação de outros prestadores de serviços não altera o regime de responsabilidade dos Prestadores de Serviços Essenciais e demais prestadores de serviço perante os cotistas, o Fundo ou a CVM.
- 2.4** Os investimentos na Classe não são garantidos pelo Administrador, pelo Gestor, por qualquer mecanismo de seguro ou pelo Fundo Garantidor de Crédito – FGC.

CAPÍTULO 3 – ENCARGOS E RATEIO DE DESPESAS E CONTINGÊNCIAS DO FUNDO

- 3.1** O Fundo e/ou as Classes, conforme aplicável, terão encargos que lhe poderão ser debitados diretamente, nos termos da Resolução CVM 175, e quaisquer despesas que não constituam encargos correm por conta do Prestador de Serviço Essencial que a tiver contratado (“**Encargos**”).

CAPÍTULO 4 – ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

- 4.1** A assembleia geral de cotistas é responsável por deliberar sobre as matérias comuns à todas as classes de cotas, conforme aplicável, na forma prevista na Resolução CVM 175, observado que as matérias específicas de cada classe ou subclasse de cotas serão deliberadas em sede de assembleia especial de cotistas (“**Assembleia Especial de Cotistas**”), sem prejuízo de outros requisitos e informações previstos na regulamentação vigente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas disposições procedimentais da assembleia geral de cotistas.
- 4.1.1** A convocação da assembleia geral de cotistas deve ser feita com, no mínimo, 10 (dez) dias corridos de antecedência, e exclusivamente far-se-á por meio de correio eletrônico (e-mail) endereçado aos cotistas, conforme dados de contato contidos no boletim de subscrição, cadastro do cotista junto ao Administrador e/ou ESCRITURADOR, ou conforme posteriormente informados ao prestador de serviço responsável pelo recebimento de tal informação.
- 4.1.2** A instalação ocorrerá com a presença de qualquer número de cotistas.
- 4.1.3** A presença da totalidade dos cotistas suprirá eventual ausência de convocação.
- 4.1.4** Serão utilizados quaisquer meios ou canais, conforme especificados no respectivo aviso de convocação, para a coleta das manifestações dos cotistas. As Assembleias de Cotistas poderão ser realizadas remotamente, por meio de teleconferência ou videoconferência, observadas as disposições previstas neste Regulamento.
- A cada cotista cabe uma quantidade de votos representativa de sua participação financeira na classe de cotas.
- 4.1.5** As demonstrações contábeis cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer cotistas.
- 4.2** As deliberações em sede de Assembleia Geral serão tomadas, via de regra, pelo quórum da maioria dos Cotistas presentes na respectiva Assembleia Geral, sem prejuízo da observância dos quóruns específicos indicados neste Regulamento e na Resolução CVM 175.
- 4.3** As deliberações privativas de assembleia de cotistas poderão ser adotadas em consulta formal, por meio eletrônico, dirigido pelo Administrador a cada cotista.
- 4.3.1** A resposta pelos Cotistas à consulta deverá se dar dentro do prazo de 10 (dez) dias, admitida assinatura física ou eletrônica. A aprovação da matéria objeto da consulta formal obedecerá aos mesmos quóruns de aprovação previstos neste Regulamento, considerando– se presentes os Cotistas que tenham respondido a consulta.

Parte Geral do Regulamento

AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

- 4.4** Este Regulamento pode ser alterado, independentemente da assembleia geral de cotistas, nos casos previstos na Resolução CVM 175.
- 4.5** Exceto se o Anexo dispuser de forma contrária, aplicam-se às assembleias especiais de cada classe ou subclasse, quando houver, às disposições previstas neste Capítulo 4 quanto à assembleia geral de cotistas.

CAPÍTULO 5 – TRIBUTAÇÃO

- 5.1** O disposto neste Capítulo foi elaborado com base na legislação e regulamentação em vigor e produzindo efeitos, tem por objetivo descrever de forma sumária o tratamento tributário aplicável em regra aos cotistas e ao Fundo, não se aplicando aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação e regulamentação em vigor.
- 5.2** Há exceções (inclusive relativas à natureza ou ao domicílio do investidor) e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.
- 5.3** O Gestor buscará perseguir a composição da carteira do Fundo adequada ao Regime Específico dos Fundos Não Sujeitos à Tributação Periódica, conforme definido pela Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023.

Tributação aplicável às operações da carteira:

De acordo com a legislação vigente, as operações da carteira do Fundo são isentas do Imposto sobre a Renda ("IR") e estão sujeitas ao Imposto sobre Operações Financeiras, na modalidade TVM ("IOF/TVM"), à alíquota zero.

Tributação na fonte dos rendimentos auferidos pelos cotistas:

I. IRF:

Cotistas Residentes no Brasil:

No caso de Fundo de Investimento em Participações ("FIP") classificado como "entidade de investimento" nos termos da regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional, os rendimentos auferidos na amortização ou no resgate das cotas, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, ficam sujeitos à incidência do IRF à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a diferença positiva entre o valor de amortização ou resgate e o custo de aquisição das Cotas.

O IRF será considerado antecipação do devido no caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado e, nos demais casos, será considerado tributação exclusiva.

No caso de alienação realizada por pessoa física, os ganhos estarão sujeitos a IR 15% sob a sistemática de ganho de capital ou de ganhos líquidos, a depender do ambiente de negociação das cotas. Caso realizada por pessoa jurídica, os ganhos estarão sujeitos à apuração de IR pela sistemática de ganhos líquidos.

Cotistas Não-residentes (INR):

Parte Geral do Regulamento

AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

Em regra, os rendimentos auferidos pelos cotistas INR na amortização ou no resgate das cotas, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo também ficam sujeitos à incidência do IRF à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a diferença positiva entre o valor de amortização ou resgate e o custo de aquisição das Cotas.

Aos cotistas INR que invistam nos mercados financeiro e de capitais brasileiros por meio da Resolução CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição com tributação favorecida ("JTF").

Os cotistas INR não residentes em JTF são elegíveis à alíquota de 0% do IRF, desde que atendidos os requisitos previstos na Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, conforme alterada ("Lei nº 11.312"), como o enquadramento do Fundo como entidade de investimento nos termos da regulamentação expedida pelo CMN e cumprimento dos limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM.

O Gestor buscará atender os requisitos necessários para que eventuais cotistas INR não residentes em JTF sejam elegíveis à alíquota de 0% do IRF. No entanto, não é possível garantir que o enquadramento tributário do Fundo a esses requisitos será sempre alcançado, estando sujeito a mudanças na legislação, interpretação de normas pelas autoridades fiscais e demais fatores fora do controle do Gestor.

Desenquadramento para fins fiscais:

Em caso de inobservância dos requisitos mencionados acima, os rendimentos reconhecidos pelos cotistas, pessoas físicas ou jurídicas residentes no Brasil, poderão ser submetidos à tributação pelo IRF na fonte a alíquotas regressivas em função do prazo de suas aplicações, conforme segue: 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) para aplicações com prazo até 180 dias, 20% (vinte por cento) para aplicações de 181 até 360 dias, 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) para aplicações de 361 a 720 dias e 15% (quinze por cento) para aplicações com prazo superior a 720 dias.

Por fim, para os cotistas INR, não seria aplicável o benefício fiscal da alíquota zero mencionada anteriormente e os rendimentos auferidos na amortização ou no resgate das cotas, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, e na alienação de Cotas ficam sujeitos, ao IRRF de 15%. No entanto, não podemos descartar o risco de entendimento diverso pela RFB.

Cobrança do IRF:

Em regra, os rendimentos auferidos pelos cotistas serão tributados pelo IRF no momento da amortização de rendimentos das cotas, da alienação de cotas a terceiros e do resgate das cotas do Fundo.

II. IOF:

IOF/TVM:

O IOF/TVM incide à alíquota de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor de resgates, alienações ou amortizações, limitado ao rendimento da aplicação em função do prazo de acordo com tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306/2007. Atualmente, o IOF limita-se a 96% (noventa e seis por cento) do rendimento para resgates no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao da aplicação. Resgates e alienações em prazo inferior a 30 (trinta) dias da data de aplicação na classe de cotas podem sofrer a tributação pelo IOF/TVM, conforme tabela decrescente em função do prazo. A partir do 30º (trigésimo) dia de aplicação não há incidência de

Parte Geral do Regulamento

AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

	IOF/TVM. Ficam sujeitas à alíquota zero as operações do mercado de renda variável. Ressalta-se que a alíquota do IOF/TVM pode ser alterada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.
IOF-Câmbio:	As operações de conversões de moeda estrangeira para moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, estão sujeitas ao IOF-Câmbio. Atualmente, as operações de câmbio referentes ao ingresso no País para investimentos nos mercados financeiros e de capitais e retorno estão sujeitas à alíquota de 0% (zero por cento). De igual modo, as operações para remessas e ingressos de recursos, realizadas pelo Fundo relativas às suas aplicações no mercado internacional, nos limites e condições fixados pela CVM, também estão sujeitas à alíquota de 0% (zero por cento). Ressalta-se que a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

CAPÍTULO 6 – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA

- 6.1** Os Prestadores de Serviços Essenciais disponibilizarão em suas páginas na rede mundial de computadores ou encaminharão de forma eletrônica as informações de envio obrigatório previstas na regulamentação aplicável.
- 6.2** O Administrador mantém serviço de atendimento ao cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, que pode ser acessado nos meios abaixo:

Website: www.btgpactual.com

SAC: 0800 772 2827

Ouvidoria: 0800 722 0048

* * *

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

ANEXO I

**CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

CAPÍTULO 1 – CARACTERÍSTICAS GERAIS

- 1.1** Para fins do disposto neste Anexo, os termos e expressões iniciados em letra maiúscula neste terão os significados a eles atribuídos no Glossário deste Anexo, exceto se de outro modo expressamente especificado.
- 1.2** As principais características da classe única de Cotas do Fundo estão descritas abaixo:

Subclasses	A Classe contará com 8 (oito) subclasses de Cotas distintas, cujas características estão especificadas nos respectivos Apêndices descritivos. Durante o Prazo de Duração, a Classe poderá constituir diferentes Subclasses, que terão patrimônio segregado e direitos e obrigações distintos, nos termos do Artigo 5º da Resolução CVM 175, por ato conjunto do Administrador e do Gestor, sem necessidade de aprovação em Assembleia de Cotistas.
Tipo de Condomínio	Fechado.
Prazo de Duração	Determinado, encerrando-se em 7 (sete) anos contados da Data da Primeira Integralização de Cotas, prorrogáveis por (a) 2 (dois) períodos consecutivos de 1 (um) ano cada, conforme deliberação exclusiva do Gestor, e (b) períodos adicionais, conforme deliberação da Assembleia Especial de Cotistas. O Administrador manterá a Classe e, consequentemente, o Fundo em funcionamento após o Prazo de Duração, independentemente de deliberação em Assembleia Geral de Cotistas, caso ainda vigorem direitos e obrigações contratuais principais e acessórias, parcelas a receber, <i>earn-outs</i>, contingências ativas e passivas, valores mantidos pela Classe para fazer frente a tais contingências passivas, valores em contas <i>escrow</i> ou vinculadas e valores a indenizar pela Classe relativamente a desinvestimentos da Classe, os quais, ao final do Prazo de Duração, não tenham seus prazos contratuais ou de prescrição e/ou decadência legalmente transcorridos. Na hipótese de o Fundo ser mantido em funcionamento nos termos aqui previstos, o Gestor não fará jus a qualquer Taxa de Gestão devida pela Classe, sem prejuízo do pagamento da taxa de administração devida ao Administrador pelos serviços de administração fiduciária e escrituração das Cotas (“Taxa de Administração”) que remunera o Administrador durante o Período de Desinvestimento.
Categoria	Fundo de investimento em participações.
Tipo	Multiestratégia.
Objetivo	O objetivo da Classe é proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas Cotas, nos médio e longo prazos, por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido em investimentos nos ativos elegíveis para investimento por fundos de investimento em participações nos termos do artigo 5º do Anexo Normativo IV da Resolução

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

	CVM 175 e demais dispositivos aplicáveis da CVM (“Ativos Alvo”), de emissão das sociedades por ações, de capital aberto ou fechado, ou sociedades limitadas selecionadas pelo Gestor para investimento pela Classe (“Sociedades Alvo”). O objetivo da Classe, bem como seus resultados passados, não representa, sob qualquer hipótese, garantia, promessa ou sugestão do Fundo ou de seus Prestadores de Serviços Essenciais quanto à segurança, rentabilidade e liquidez aos Cotistas.
Público-Alvo	Investidores considerados qualificados, nos termos do Art. 12 da Resolução CVM 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“Investidores Qualificados”), incluindo entidades fechadas de previdência complementar (“EFPC”), observadas as especificidades de cada subclasse, se houver. A Classe deverá, portanto, observar às disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 4.994, de 24 de março de 2022, conforme alterada de tempos em tempos (“Resolução CMN 4.994”), que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, sendo certo que o controle dos referidos limites não é de responsabilidade do Administrador e/ou do Gestor. Os Cotistas serão exclusivamente responsáveis pelo enquadramento de seus investimentos aos limites de concentração e diversificação estabelecidos pelas regulamentações a que estão submetidos, sendo certo que o controle dos referidos limites não é de responsabilidade do Administrador e/ou do Gestor, os quais, por sua vez, são responsáveis apenas pelos limites e condições estabelecidas neste Anexo, conforme suas respectivas esferas de atuação.
Crítérios de Pulverização dos Investidores	É vedado que os Cotistas que se constituírem como EFPC detenham mais de 40% (quarenta por cento) das cotas de uma mesma classe, exceto durante os primeiros doze meses iniciais e finais do investimento, conforme previsto no art. 23, §2º, inciso II da Resolução CMN 4.994.
Custódia e Tesouraria	Banco BTG Pactual S.A., instituição financeira, com sede no município e estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar (parte), Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ sob o nº 30.306.294/0001-45 e credenciada como custodiante, de acordo com o Ato Declaratório nº 7.204, de 25 de abril de 2003 (“Custodiante”).
Controladoria e Escrituração	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, sociedade por ações, com sede no município e estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar (parte), Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ sob o nº 59.281.253/0001-23 e autorizada a prestar serviços de escrituração de cotas de fundos de investimentos de acordo com o Ato Declaratório CVM nº 8.696, de 22 de março de 2006 (“ESCRITURADOR”).
Emissão e Regime de Distribuição de Cotas	O valor de cada emissão de Cotas, volume e valor unitário da Cota, bem como o regime de distribuição seguirão o disposto no instrumento que aprova a emissão de Cotas.

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

Capital Autorizado	Encerrada a Primeira Emissão, o Administrador, conforme orientação do Gestor, e durante o Período de Investimento, poderá deliberar por realizar novas emissões das Cotas, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Especial de Cotistas, desde que limitadas ao montante total de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) observado que as novas Cotas no âmbito do Capital Autorizado poderão ser emitidas em única ou várias emissões e o saldo de Cotas eventualmente não colocado recomporá o Capital Autorizado, cabendo aos Prestadores de Serviços Essenciais reduzir tal montante sem aprovação de Assembleia Especial de Cotistas, nos termos do item 9.2 abaixo deste Anexo I ("Capital Autorizado"). O ato que aprovar a emissão de novas Cotas, observado o disposto acima deverá dispor sobre as características da nova emissão, as condições de subscrição das cotas e a destinação dos recursos provenientes da integralização, observado que o valor de cada nova Cota deverá ser fixado em (i) R\$ 1.000,00, corrigido com base na variação positiva do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, calculada e divulgada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, a contar da Data da Primeira Integralização de Cotas; ou (ii) outro critério a ser determinado pelo Gestor, observado seu dever fiduciário perante os Cotistas e desde que não resulte em diluição econômica injustificada aos demais Cotistas.
Direito de Preferência em Novas Emissões Aprovadas	Não será conferido aos Cotistas da Classe o direito de preferência na subscrição de novas Cotas.
Negociação	As cotas poderão ser depositadas pelo Administrador para negociação em mercado de balcão organizado ou de bolsa, administrados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão ("B3"), observado, conforme aplicáveis, as restrições à negociação previstas na Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"). Depois de as cotas estarem integralizadas e observados os procedimentos operacionais da B3, os titulares das cotas poderão negociá-las no mercado secundário, mediante aprovação expressa do Gestor para cada negociação, observados o prazo e as condições previstos neste Anexo. O Administrador fica, nos termos deste Anexo, autorizado a alterar o mercado em que as cotas sejam admitidas à negociação, independentemente de prévia autorização da assembleia geral de cotistas, desde que se trate de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.
Cálculo do Valor da Cota	As Cotas terão o seu valor calculado no fechamento de cada mês. O valor da Cota do dia é resultante da divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas, apurados, ambos, no encerramento do dia anterior. O Patrimônio Líquido da Classe será constituído pela soma (i) do disponível, (ii) do valor da carteira; e (iii) dos valores a receber, deduzidas de tal soma as exigibilidades e a rentabilidade auferida no período ("Patrimônio Líquido").
Integralização, Resgate e Amortização	A integralização de Cotas apenas será realizada em moeda corrente nacional. O resgate e amortização de Cotas serão realizados prioritariamente em moeda corrente nacional, podendo ser utilizado débito e crédito em conta corrente ou qualquer outro sistema de liquidação que venha a ser criado, legalmente reconhecido e admitido pelos Prestadores de Serviços Essenciais, conforme o item 10.3 deste Anexo. Também poderão ser utilizados Ativos Alvo e Ativos

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

	Financeiros para pagamento de resgate e amortização, desde que estes sejam analisados e aprovados pelos Prestadores de Serviços Essenciais e haja aprovação expressa da Assembleia Especial de Cotistas, observando-se ainda o disposto no item 10.3 abaixo deste Anexo, bem como as disposições específicas contidas no Apêndice das Subclasses, conforme aplicável.
Adoção de Política de Voto	O Gestor, em relação a esta Classe, adota política de exercício de direito de voto, disponível em sua página na rede mundial de computadores.

CAPÍTULO 2 – RESPONSABILIDADE DOS COTISTAS E REGIME DE INSOLVÊNCIA

- 2.1** A responsabilidade do Cotista está limitada ao valor por ele subscrito.
- 2.2** Os seguintes eventos obrigarão o Administrador a verificar se o Patrimônio Líquido da Classe está negativo:
- (i) qualquer pedido de declaração judicial de insolvência de Classe de Cotas do Fundo;
 - (ii) inadimplência de obrigações financeiras de devedor e/ou emissor de ativos detidos pela Classe que representem mais de 10% (dez por cento) de seu Patrimônio Líquido, naquela data de referência;
 - (iii) pedido de recuperação extrajudicial, de recuperação judicial, ou de falência de devedor e/ou emissor de ativos detidos pelo Fundo; e
 - (iv) condenação do Fundo de natureza judicial e/ou arbitral e/ou administrativa e/ou outras similares ao pagamento de mais de 10% (dez por cento) de seu Patrimônio Líquido.
- 2.3** Caso o Administrador verifique que o Patrimônio Líquido está negativo, ou tenha ciência de pedido de declaração judicial de insolvência da Classe ou da declaração judicial de insolvência da Classe, deverá adotar as medidas aplicáveis previstas na Resolução CVM 175.
- 2.4** Serão aplicáveis as disposições da Resolução CVM 175 no que se refere aos procedimentos a serem adotados pelo Administrador na hipótese de Patrimônio Líquido negativo da Classe.

CAPÍTULO 3 – ENCARGOS DA CLASSE

- 3.1** A Classe terá Encargos que lhe poderão ser debitados diretamente, nos termos da Resolução CVM 175, e, salvo decisão contrária da Assembleia Especial de Cotistas, quaisquer despesas que não constituam Encargos correm por conta do Prestador de Serviço Essencial que a tiver contratado. Adicionalmente aos Encargos previstos nos termos da Resolução CVM 175 e do seu Anexo Normativo IV, incluem-se, mas não se limitam, as seguintes despesas:
- (i) despesas inerentes à realização de reuniões de comitês ou conselhos, limitadas até 3% (três por cento) por evento em relação ao montante total subscrito que os Cotistas se comprometeram a integralizar quando da assinatura do boletim de subscrição e do Compromisso de Investimento, conforme abaixo definido (“**Capital Comprometido**”);
 - (ii) despesas com contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis, de cobrança e de consultoria especializada, especialmente relativas a despesas com viagens, assessores financeiros, *due diligence* fiscais, legais, contábeis, comerciais, tecnológicas, ambientais e/ou anticorrupção, conforme aplicável, e, ainda, custos de negociação e elaboração de contratos em potencial operações de investimento e/ou desinvestimento pela Classe, em qualquer caso, limitadas até 3% (três por cento) do Capital Comprometido da Classe;

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

- (iii) despesas relacionadas a toda e qualquer distribuição de Cotas durante o Prazo de Duração do Fundo, nos termos da Resolução CVM 160 e demais regulações aplicáveis (“**Oferta**”) de distribuição primária de Cotas, incluindo assessoria legal, tributos, taxas de registro na CVM, na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“**ANBIMA**”) e na B3, conforme aplicável, bem como outras despesas comprovadas como tendo sido necessárias à realização da respectiva Oferta, as quais serão devidamente descritas nos documentos da primeira emissão de Cotas da Classe, realizada nos termos da Resolução CVM 160, conforme as condições estabelecidas no respectivo instrumento que a aprovou (“**Primeira Emissão**”) ou das emissões subsequentes, conforme o caso, limitadas até 2% (dois por cento) do valor máximo da Oferta;
- (iv) despesas com escrituração de Cotas, sendo que os Cotistas ao aderirem ao presente Anexo ficam cientes e aprovam, expressamente, que tais despesas sejam consideradas como encargo da Classe, observado que tais despesas não estarão englobadas no valor da Taxa de Administração; e
- (v) despesas inerentes à constituição da Classe, serviços legais e demais despesas comprovadas como tendo sido necessárias à constituição da Classe, limitadas até 2% (dois por cento) do Capital Comprometido da Classe.

3.2 As despesas inerentes à fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação da Classe não estão sujeitas a nenhum limite específico.

3.3 As despesas incorridas pelo Administrador e/ou pelo Gestor anteriormente à constituição da Classe ou ao seu registro na CVM (incluindo, mas não se limitando, às despesas inerentes à constituição da Classe e aos custos relacionados aos serviços de terceiros contratados para a diligência legal, fiscal e contábil em potenciais Sociedades Alvo), serão passíveis de reembolso pela Classe, observados (i) um prazo máximo de até 12 meses entre o pagamento da despesa pelo Administrador e/ou pelo Gestor e o efetivo reembolso pela Classe; e (ii) eventual necessidade de ratificação pela Assembleia Geral de Cotistas e/ou a Assembleia Especial de Cotistas, respectivamente realizadas nos termos da Parte Geral do Regulamento do Fundo ou do Anexo da Classe (“**Assembleia de Cotistas**”), nas hipóteses em que as disposições legais e regulamentares assim o exigirem.

3.4 Nos termos do item 11.2 abaixo deste Anexo, a Assembleia Especial de Cotistas pode deliberar pelo pagamento de encargos não previstos na regulamentação aplicável, desde que observem os melhores interesses da Classe.

CAPÍTULO 4 – INVESTIMENTO E DESINVESTIMENTO

4.1 A Classe terá um período de investimento com duração de 1 (um) ano, com início na Data de Primeira Integralização de Cotas (“**Período de Investimento**”).

4.1.1 A Classe efetuará seus investimentos durante o Período de Investimento, o qual poderá ser reduzido ou prorrogado mediante deliberação da Assembleia Especial de Cotistas.

4.1.2 Durante o Período de Investimento, será realizado o trabalho de identificação e seleção de oportunidades de investimento, negociação e fechamento de operações de aquisição e gerência do portfólio buscando sempre a valorização das Sociedades Alvo.

4.1.3 As decisões relativas aos investimentos e desinvestimentos da Classe serão aprovadas de forma discricionária e serão de responsabilidade exclusiva do Gestor.

4.1.4 Desde que haja Capital Comprometido, a Classe poderá, excepcionalmente, realizar investimentos fora do Período de Investimento nas seguintes situações: (a) investimentos relativos a obrigações assumidas pela Classe antes do término do Período de Investimento; ou (b) novos investimentos necessários nas

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

Sociedades Alvo e/ou em suas subsidiárias já investidas pela Classe, a critério do Gestor e mediante aprovação em Assembleia de Cotistas para, exemplificadamente, impedir diluição de participação societária da Classe nas Sociedades Alvo.

- 4.1.5** Durante o Período de Investimento, quaisquer recursos recebidos pela Classe provenientes da alienação de Ativos Alvo, amortização, resgate ou quaisquer outros pagamentos ou distribuições referentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira da Classe, poderão ser utilizados para realização de novos investimentos pela Classe em Sociedades Alvo, em Ativos Alvo ou para amortização de Cotas.
- 4.1.6** O período de desinvestimento da Classe iniciará no 1º (primeiro) Dia Útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até o término do Prazo de Duração (“**Período de Desinvestimento**”).
- 4.1.7** Durante o Período de Desinvestimento, o Gestor:
- (i) deverá buscar as melhores estratégias a serem desenvolvidas e implementadas para a alienação dos investimentos da Classe;
 - (ii) envidará seus melhores esforços no processo de desinvestimento total da Classe, de acordo com estudos, análises, e estratégias de desinvestimento, sendo que os recursos provenientes da alienação dos investimentos deverão ser utilizados para o pagamento de despesas da Classe, incluindo prestadores de serviços, e para a amortização de suas Cotas, nessa ordem;
 - (iii) poderá realizar a alienação de ativos da Classe dentro do Período de Investimento, consideradas as oportunidades de mercado;
 - (iv) poderá utilizar quaisquer possibilidades, procedimentos e estratégias que sejam admitidos pela legislação e regulamentação aplicáveis, a seu exclusivo critério, incluindo, sem limitação: a Oferta dos Ativos Alvo em mercado de bolsa; processos competitivos com participantes estratégicos no mercado de atuação das Sociedades Alvo; ou transações privadas; e
 - (v) como forma de otimizar a performance dos investimentos e obter os melhores resultados na venda das companhias investidas, o Gestor deverá priorizar iniciativas de negócio que agreguem valor a possíveis compradores estratégicos e facilitará possíveis transações via (a) a construção de modelos de negócio sólidos e comprovados; (b) a contratação de times de gestão profissionais; (c) a introdução de processos e princípios corporativos; (d) a produção de reportes de gestão e demonstrativos financeiros auditados; e (e) a implementação de um modelo de governança corporativa. O time de investimentos do Gestor deverá também iniciar e desenvolver relacionamentos com possíveis compradores para as companhias investidas, no Brasil e no exterior, já no início do processo de investimento.

CAPÍTULO 5 – POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

- 5.1** A política de investimentos da Classe, conforme disposta neste Anexo, observará o disposto neste Anexo, e a Classe investirá, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu Patrimônio Líquido em Ativos Alvo, aos quais serão somados, para fins de atendimento ao disposto neste item, os valores referidos no Art. 11, parágrafo quarto, do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175. A Classe deverá participar no processo decisório das Sociedades Alvo, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e gestão (“**Política de Investimentos**”).
- 5.1.1** A Classe participará do processo decisório das Sociedades Alvo, seja por meio da detenção de participação societária que componha o respectivo bloco de controle dessas Sociedades Alvo, da celebração de acordo de acionistas, de acordo de Cotistas ou, ainda, pela celebração de qualquer

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

contrato, acordo, negócio jurídico ou adoção de outro procedimento que assegure à Classe efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive por meio de indicação de membros do conselho de administração, observadas as exceções previstas no Anexo IV da Resolução CVM 175.

- 5.1.2** As Sociedades Alvo constituídas na forma de companhias de capital fechado nas quais a Classe invista deverão necessariamente seguir as seguintes práticas de governança corporativa previstas no Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175.
- 5.1.3** A Classe poderá investir em debêntures, públicas ou privadas, conversíveis ou não em ações, desde que: (i) seja assegurado à Classe a participação no processo decisório e a efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão das Sociedades Alvo; e (ii) seja imposto às Sociedades Alvo (emissoras das debêntures simples) a observância, no mínimo, das práticas de governança corporativa exigidas pelo Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175.
- 5.1.4** O investimento em debêntures não-conversíveis e/ou em outros títulos de dívida não conversíveis previsto no item 5.1.1 acima está limitado a até 33% (trinta e três por cento) do Capital Subscrito.
- 5.1.5** A Classe poderá investir até 100% (cem por cento) do total do Patrimônio Líquido em Ativos Alvo de um único emissor.
- 5.1.6** Caso a Classe possua recursos que não estejam investidos em Ativos Alvo das Sociedades Alvo, a parcela remanescente do Patrimônio Líquido que não esteja provisionada para pagamento de obrigações, despesas ou encargos deverá estar alocada em ativos financeiros, em que poderão ser alocados os recursos da Classe não aplicados nas Sociedades Alvo, nos termos deste Anexo, quais sejam: (i) cotas de emissão de fundos classificados como “Renda Fixa”, inclusive aqueles que invistam direta e/ou indiretamente em crédito privado, regulados pela Resolução CVM 175, inclusive aqueles administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou Gestor, ou entidades a eles relacionadas; (ii) títulos públicos federais, em operações finais e/ou compromissadas; (iii) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil (“**BACEN**”), observado ainda que a Assembleia de Cotistas poderá aprovar novos ativos financeiros a serem investidos pela Classe, conforme o caso; (iv) outros ativos permitidos pela Resolução CVM 175, desde que adquiridos pela Classe para gestão de caixa e liquidez (“**Ativos Financeiros**”).
- 5.2** O limite previsto no item 5.1 acima não é aplicável durante o prazo de aplicação dos recursos, o qual não deve ultrapassar o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente: (i) à Data de Primeira Integralização de Cotas, por qualquer dos Cotistas, no âmbito de cada chamada de capital, por meio de aviso entregue aos Cotistas de tempos em tempos pelo Administrador, conforme instruído pelo Gestor, o qual informará o momento e o valor das integralizações de Cotas que deverão ser feitas pelos Cotistas, por meio da qual os Cotistas deverão realizar aportes de recursos na Classe para: (a) a realização de investimentos em Ativos Alvo, nos termos deste Anexo; e/ou (b) o pagamento de despesas e encargos da Classe, durante todo o Prazo de Duração; e/ou (c) realizar a Equalização, conforme definido abaixo (“**Chamada de Capital**”), ou nova emissão de Cotas, na hipótese em que as Cotas sejam emitidas para integralização à vista; ou (ii) à data de encerramento da respectiva Oferta, em caso de Oferta de Cotas registrada na CVM nos termos da regulamentação específica.
- 5.2.1** O Administrador deve comunicar imediatamente à CVM, depois de ultrapassado o prazo referido no *caput*, a ocorrência de desenquadramento, com as devidas justificativas, informando ainda o reenquadramento da carteira, quando ocorrer.

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

5.2.2 Para o fim de verificação de enquadramento do limite previsto no *caput* do item 5.1 acima, deverão ser somados aos Ativos Alvo os montantes:

- (i) destinados ao pagamento de despesas da Classe, desde que limitados a 5% (cinco por cento) do capital subscrito;
- (ii) decorrentes de operações de desinvestimento da Classe:
 - (a) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que ocorra o reinvestimento dos recursos em Ativos Alvo;
 - (b) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último Dia Útil do mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que não ocorra o reinvestimento dos recursos em Ativos Alvo; ou
 - (c) enquanto vinculados a garantias dadas ao comprador do ativo desinvestido; e
- (iii) a receber decorrentes da alienação a prazo dos Ativos Alvo emitidos pelas Sociedades Alvo; e
- (iv) aplicados em títulos públicos com o objetivo de constituição de garantia a contratos de financiamento de projetos de infraestrutura junto a instituições financeiras.

5.2.3 Caso o desenquadramento ao limite do item 5.1 acima perdure por período superior ao prazo de aplicação dos recursos previsto no *caput*, o Gestor deverá, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do término do prazo para aplicação dos recursos:

- (i) reenquadrar a carteira; ou
- (ii) solicitar ao Administrador a devolução dos valores que ultrapassem o limite estabelecido aos Cotistas que tiverem integralizado Cotas na última Chamada de Capital ou emissão de Cotas para integralização à vista, conforme o caso, sem qualquer rendimento, na proporção por eles integralizada.

5.3 Em caráter suplementar, a Classe também poderá buscar a valorização de suas Cotas por meio de aplicação de seus recursos em Ativos Financeiros, de acordo com os critérios de composição e diversificação de carteira dispostos no presente Anexo, nos termos desta Política de Investimentos.

AFAC

5.4 A Classe pode realizar AFAC nas Sociedades Alvo que compõem a sua carteira, desde que:

- (i) a Classe possua investimento em ações da Sociedade Alvo na data da realização do AFAC;
- (ii) o AFAC represente, no máximo, 20% (vinte por cento) do capital subscrito da Classe;
- (iii) seja estabelecida, no instrumento que formalizar o AFAC, vedação de qualquer forma de arrendimento do AFAC por parte da Classe; e
- (iv) o AFAC seja convertido em aumento de capital da Sociedade Alvo investida em, no máximo, 12 (doze) meses.

Derivativos

5.5 É vedada à Classe a realização de quaisquer operações com derivativos, exceto: (a) quando as operações no mercado de derivativos não resultarem em exposição superior ao Patrimônio Líquido; e (b) se realizadas nas

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

seguintes hipóteses: (A) exclusivamente para fins de proteção patrimonial da Classe; ou (B) envolverem opções de compra ou venda de ações das Sociedades Alvo que integrem a carteira da Classe com o propósito de: (x) ajustar o preço de aquisição de Sociedades Alvo investida pela Classe com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou (y) alienar as ações de Sociedades Alvo investida no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

5.5.1 Para fins do disposto no parágrafo acima e de acordo com as disposições da Resolução CMN 4.994, na realização de operações com derivativos a Classe deverá observar, cumulativamente, as seguintes condições: (i) registro da operação ou negociação em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros ou em mercado de balcão organizado; e (ii) atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação.

Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações

5.6 A Classe não poderá realizar investimentos em cotas de outros fundos de investimento em participações.

Investimento em Ativos no Exterior

5.7 A Classe não poderá realizar investimentos em ativos no exterior.

CAPÍTULO 6 – CUSTÓDIA DOS ATIVOS DA CLASSE

6.1 Os Ativos Alvo serão registrados nos respectivos livros de registros da respectiva Sociedade Alvo ou, conforme o caso, custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM, ressalvados os casos de dispensa do Anexo Normativo IV da Instrução CVM 175.

6.2 Os Ativos Financeiros integrantes da carteira da Classe devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta corrente de titularidade da Classe utilizada para todas as movimentações de recursos pela Classe, inclusive para pagamento das obrigações da Classe (“**Conta da Classe**”), em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (“**SELIC**”), em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM, exceto no caso de dispensa na forma do parágrafo primeiro, do Art. 25, do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175.

6.2.1 Caso dispensada a contratação de custodiante, o Administrador deve assegurar a adequada salvaguarda dos ativos que não estejam sob custódia, o que inclui a realização das seguintes atividades:

- (i) receber, verificar e fazer a guarda da documentação que evidencia e comprova a existência do lastro dos ativos;
- (ii) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem a documentação comprobatória dos ativos; e
- (iii) cobrar e receber, em nome da Classe, rendas e quaisquer outros pagamentos referentes aos ativos custodiados.

CAPÍTULO 7 – POLÍTICA DE COINVESTIMENTO E RATEIO DE ORDENS ENTRE FUNDOS DE INVESTIMENTO

7.1 Para fins do disposto no Art. 9, §1º, inciso V, do anexo complementar VIII, das regras e procedimentos do Código de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros da ANBIMA (“**Código de AGRT**”), e, observado o disposto neste Capítulo, é permitido (i) aos Cotistas o investimento direto ou indireto em uma Sociedade Alvo; e (ii) ao Administrador e ao Gestor ou Partes a estes Relacionadas (por meio de outros veículos administrados pelo

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

Administrador e/ou geridos pelo Gestor ou administrados/geridos por Partes Relacionadas) o investimento direto ou indireto em uma Sociedade Alvo enquanto a Classe detiver Ativos Alvo de emissão da respectiva Sociedade Alvo (“**Oportunidades de Coinvestimento**”) ressalvas as hipóteses que devam ser submetidas à Assembleia de Cotistas, nos termos deste Anexo e da regulamentação aplicável.

7.1.1 O Gestor poderá, a seu exclusivo critério, oferecer aos Cotistas direito de preferência em eventuais Oportunidades de Coinvestimento em Sociedades Alvo que tenham emitido Ativos Alvo detidos pela Classe. Em caso de recusa parcial ou total de uma Oportunidade de Coinvestimento por um ou mais Cotistas, o Gestor poderá, a seu exclusivo critério, observada a regulamentação aplicável, oferecer a Oportunidade de Coinvestimento a outros investidores e/ou outros veículos administrados pelo Administrador e/ou geridos pelo Gestor.

7.1.2 Em razão do direito conferido ao Gestor de estruturar coinvestimentos nas Sociedades Alvo, não é possível ao Gestor antecipar a participação que a Classe deterá nos Ativos Alvo e/ou nas Sociedades Alvo por ele investidas, sendo certo que em razão dos coinvestimentos a Classe poderá, inclusive, deter participações minoritárias, desde que observadas as regras de governança corporativa estabelecidas neste Anexo e na regulamentação em vigor. Nesse sentido, o Gestor definirá se será firmado acordo de acionistas ou Cotistas e/ou eventuais outros acordos com o objetivo de garantir uma atuação conjunta e em bloco compreendendo a Classe, os Cotistas e/ou outros veículos administrados pelo Administrador e/ou geridos pelo Gestor que realizaram o coinvestimento na respectiva Sociedade Alvo.

7.1.3 O Gestor avaliará e definirá, a seu exclusivo critério, se aplicável, quando da apresentação de propostas de investimento pela Classe nas Sociedades Alvo, as regras aplicáveis aos coinvestimentos, incluindo, mas não se limitando, à (i) termos, condições e prazo de manifestação para o exercício do direito de preferência oferecido aos Cotistas para participação no coinvestimento; (ii) efetivação de coinvestimentos através de outros fundos de investimento geridos pelo Gestor; e (iii) definição sobre a necessidade de reunir os investidores que tenham manifestado interesse em participar das oportunidades de coinvestimento oferecidas pelo Gestor em referidos fundos.

7.1.4 A critério do Gestor, a operacionalização de Oportunidades de Coinvestimento poderá se dar por meio de fundo(s) de investimento geridos pelo Gestor, observado que o Gestor avaliará e definirá, a seu exclusivo critério, se aplicável, quando da apresentação de propostas de investimento pela Classe nas Sociedades Alvo, as regras aplicáveis aos coinvestimentos, incluindo, mas não se limitando, à concessão de direito de preferência aos Cotistas para participação no coinvestimento.

7.2 Para fins das Regras e Procedimentos do Código AGRT, o Gestor adota metodologia para rateio de ordens entre a Classe e outros veículos de investimento sob sua gestão, observados os parâmetros exigidos pela autorregulamentação expedida pela ANBIMA.

CAPÍTULO 8 – CARACTERÍSTICAS, CONDIÇÕES E COLOCAÇÃO DAS COTAS

8.1 O Patrimônio Líquido da Classe é constituído pela soma: (i) do caixa disponível; (ii) do valor da carteira, incluindo os Ativos Alvo e os Ativos Financeiros; e (iii) dos valores a receber, deduzidas de tal soma as exigibilidades. A avaliação do valor da carteira da Classe será feita utilizando-se para cada Ativo Alvo integrante da carteira os critérios previstos na Instrução CVM nº 579, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada (“**Instrução CVM 579**”).

8.2 As Cotas da Classe corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, terão forma nominativa e escritural, e serão representadas por 8 (oito) Subclasses de Cotas, quais sejam as Cotas da Subclasse A, Cotas da Subclasse B, Cotas da Subclasse C, Cotas da Subclasse D, Cotas da Subclasse E, Cotas da Subclasse F, Cotas da Subclasse G e

Anexo I ao Regulamento**CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Cotas da Subclasse H. Cada uma das Subclasses possuirá direitos políticos e econômicos distintos conforme estabelecidos nos respectivos Apêndices.

- 8.3** A propriedade das Cotas nominativas e escriturais presumir-se-á pela conta de depósito das Cotas, aberta em nome do Cotista e o extrato das contas de depósito representará o número inteiro ou fracionário de Cotas pertencentes ao Cotista.
- 8.4** Não haverá resgate de Cotas a qualquer tempo, senão na data de liquidação da Classe e segundo os procedimentos previstos neste Anexo.
- 8.5** As Cotas poderão ser registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA e negociação no Fundos21 – Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela B3.

CAPÍTULO 9 – EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DAS COTAS**Emissão das Cotas**

- 9.1** As Emissões de Cotas poderão ser objeto de ofertas públicas, nos termos da Resolução CVM 160 e demais regulações aplicáveis (“**Oferta**”) ou objeto de colocação privada, sem registro perante a CVM, por não configurar uma Oferta, nos termos da regulamentação aplicável (“**Colocação Privada**”).
- 9.2** Após a Primeira Emissão, eventuais novas emissões de Cotas somente poderão ocorrer mediante aprovação da Assembleia Especial de Cotistas, sem limitação de valor.
- 9.3** O preço de emissão de novas Cotas deverá ser fixado por meio de Assembleia Especial de Cotistas, conforme recomendação do Gestor.
- 9.3.1** A cada emissão, a Classe poderá, a exclusivo critério do Administrador, cobrar uma taxa de distribuição, a qual será paga pelos subscritores das novas Cotas no ato da subscrição primária, conforme estabelecido no ato que aprovar a respectiva emissão.
- 9.3.2** Os Cotistas não terão direito de preferência para subscrever e integralizar novas Cotas da Classe no âmbito de novas emissões.
- 9.3.3** Investidores que não tenham subscrito Cotas no âmbito da Primeira Emissão e que venham a subscrever Cotas em emissões subsequentes, incluindo após a Classe ter efetuado seu primeiro investimento, receberão tratamento similar ao concedido aos Cotistas existentes, sem prejuízo de serem previstos termos e condições distintos em cada emissão e distribuição de Cotas, na forma da regulamentação aplicável.

Subscrição das Cotas

- 9.4** Ao subscrever ou adquirir Cotas, o investidor deverá assinar (i) termo de adesão, no qual declarará que conhece e está ciente de todos os termos e condições do Fundo e da Classe, em especial dos riscos aplicáveis ao investimento nas Cotas (“**Termo de Adesão**”); e (ii) para a subscrição de Cotas, compromisso de investimento para subscrição e integralização de Cotas (“**Compromisso de Investimento**”) e/ou boletim de subscrição de Cotas (“**Boletim de Subscrição**”), conforme o caso.
- 9.4.1** No momento da subscrição das Cotas, caberá à instituição intermediária da Oferta ou ao Administrador, conforme aplicável, averiguar a adequação do investidor ao Público-Alvo da Classe.

Anexo I ao Regulamento**CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

- 9.5** Ao celebrar o Compromisso de Investimento, o investidor se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as Cotas por ele subscritas em atendimento às Chamadas de Capital que venham a ser realizadas pelo Administrador, nos termos e condições previstos no Compromisso de Investimento e neste Anexo I.
- 9.6** Exceto se de outra forma previsto nos documentos que aprovarem as emissões de Cota, não há limite de investimento mínimo inicial por investidor na Classe. Após o investimento inicial, não será exigido dos Cotistas a manutenção de um valor mínimo de investimentos na Classe.

Integralização das Cotas

- 9.7** As Cotas poderão ser integralizadas à vista ou mediante Chamadas de Capital, em moeda corrente nacional, observadas as condições estabelecidas nos respectivos Boletins de Subscrição e Compromissos de Investimento, conforme o caso.
- 9.8** O Administrador, de acordo com as instruções do Gestor, realizará chamadas de capital, ou seja, enviará comunicação aos Cotistas solicitando o aporte de recursos na Classe mediante a integralização parcial ou total das Cotas subscritas por cada um dos Cotistas nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento com, no mínimo, 10 (dez) dias corridos de antecedência da data limite para depósito, mediante o envio de comunicação dirigida para os Cotistas por meio de carta ou correio eletrônico, aos endereços de contato constantes no cadastro mantido pelo Cotista detentor de Cotas junto ao Administrador ("**Chamadas de Capital**").
- 9.8.1** As Chamadas de Capital para a realização de investimentos serão realizadas a qualquer momento durante o Período de Investimento e estarão limitadas ao valor do capital subscrito de cada Cotista. As Chamadas de Capital para o pagamento de despesas e encargos do Fundo poderão ser realizadas a qualquer momento durante o Prazo de Duração.
- 9.8.2** Ao receber uma Chamada de Capital, os Cotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas no prazo previsto na referida Chamada de Capital, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da Chamada de Capital, conforme solicitado pelo Administrador em observância às instruções do Gestor e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.
- 9.8.3** Caso haja novas subscrições de Cotas após a Data da Primeira Integralização, os novos Cotistas ingressantes deverão ter suas participações na Classe proporcionalmente equalizadas com as participações dos Cotistas existentes ("**Equalização**"). Assim, os novos Cotistas estarão sujeitos a uma ou mais Chamadas de Capital após a subscrição de suas Cotas, direcionadas exclusivamente aos novos Cotistas ("**Chamadas de Ajuste**").
- 9.8.4** As Chamadas de Ajuste serão feitas em valor proporcional ao valor já integralizado pelos Cotistas existentes, em relação aos respectivos valores de Compromissos de Investimento tanto dos Cotistas existentes quanto dos novos Cotistas.
- 9.8.5** A Chamada de Ajuste poderá ser realizada uma ou mais vezes, em diferentes momentos, a critério do Administrador, conforme orientação do Gestor, sendo certo que apenas os novos Cotistas terão seu capital chamado à integralização até que o processo de Equalização seja finalizado.
- 9.8.6** A Classe poderá não observar a proporcionalidade da quantidade de Cotas subscritas e Cotas integralizadas entre os Cotistas quando a integralização de Cotas acarretar o descumprimento por um Cotista do dever de observância de limites de pulverização previstos neste Regulamento ou na regulação a eles aplicável. Neste caso, o Administrador deverá, ainda e consequentemente, exigir a integralização,

Anexo I ao Regulamento**CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

pelos demais Cotistas, de forma proporcional e até o Capital Subscrito, do valor não integralizado pelo Cotista que tenha alcançado o limite de pulverização de tal Cotista.

9.9 O Cotista que descumprir, total ou parcialmente, suas obrigações de integralização de Cotas, conforme cada Chamada de Capital realizada, será considerado um **“Cotista Inadimplente”** a partir do 1º (primeiro) Dia Útil de Inadimplência (**“Período de Cura”**). Verificada a continuidade da inadimplência após decorrido o Período de Cura, o Administrador notificará o Cotista Inadimplente para sanar o inadimplemento em até 2 (dois) Dias Úteis.

9.10 Caso o Cotista Inadimplente não sane o inadimplemento dentro de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da notificação descrita acima, o Administrador poderá tomar quaisquer das seguintes providências, em conjunto ou isoladamente, a seu exclusivo critério:

- (i) iniciar, por si ou por meio de terceiros, os procedimentos de cobrança extrajudicial e/ou judicial para a cobrança dos valores correspondentes às Cotas não integralizadas conforme cada Chamada de Capital, acrescidos de (a) multa não-compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor inadimplido, (b) de juros correspondentes à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**“IBGE”**) ou outro índice que venha a substituí-lo (**“IPCA”**) acrescidos de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, e (c) custos de tal cobrança (incluindo honorários de advogados e custas);
- (ii) deduzir o valor inadimplido, acrescido da multa, juros e custos mencionados no item I acima, de quaisquer distribuições pela Classe devidos a esse Cotista Inadimplente, desde a data em que esse saldo deveria ter sido pago até a data em que ocorrer o pagamento integral desse saldo, sendo certo que eventuais saldos existentes, após esta dedução, serão entregues ao Cotista Inadimplente;
- (iii) realizar Chamada de Capital, com o objetivo de que o saldo não integralizado pelo Cotista Inadimplente o seja pelos demais Cotistas, proporcionalmente à participação de cada Cotista na Chamada de Capital em questão, limitado ao respectivo saldo disponível de cada Capital Comprometido individual e desde que a nova Chamada de Capital seja suficiente para sanar o inadimplemento do Cotista Inadimplente;
- (iv) contrair, em nome do Fundo, empréstimo para sanar o referido inadimplemento e limitado ao valor inadimplido, acrescido da multa, juros e custos mencionados no item I acima, direcionando os juros e demais encargos ao Cotista Inadimplente, podendo o Administrador, em nome do Fundo, dar as Cotas do Cotista Inadimplente em garantia ao empréstimo (e direcionar os recebíveis oriundos de tais Cotas do Cotista Inadimplente para sanar tal empréstimo), nas condições acordadas entre o Administrador e a instituição concedente do empréstimo;
- (v) convocar uma Assembleia de Cotistas, desde que a Classe não detenha recursos em caixa suficientes, com o objetivo de deliberar a proposta de que o saldo não integralizado pelo Cotista Inadimplente o seja pelos demais Cotistas, proporcionalmente à participação de cada Cotista; e
- (vi) realizar a alienação das Cotas, integralizadas ou não integralizadas, detidas pelo Cotista Inadimplente a qualquer terceiro a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos à Classe.

Anexo I ao Regulamento**CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

- 9.10.2** O Cotista Inadimplente terá seus direitos políticos e econômicos suspensos até o que ocorrer primeiro dentre: (i) a data em que for quitada a obrigação do Cotista Inadimplente; e (ii) a data de liquidação da Classe.
- 9.10.3** Caso o Cotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Cotista Inadimplente reassumirá seus direitos políticos e patrimoniais, conforme previsto neste Regulamento.
- 9.10.4** Todas as despesas, incluindo honorários advocatícios, incorridas pelo Administrador ou pela Classe relacionadas à inadimplência do Cotista Inadimplente deverão ser suportadas por tal Cotista, integralmente, a menos que seja de outra forma determinada pelo Administrador, a seu exclusivo critério.
- 9.10.5** Em caso de inadimplência decorrente de falha operacional, o Período de Cura será concedido aos Cotistas para a realização do pagamento da integralização de Cotas sem a incidência de qualquer penalidade, multa ou mora.
- 9.11** No caso de alienação voluntária de Cotas, o Cotista alienante deverá solicitar por escrito ao Administrador e ao Gestor, a transferência parcial ou total de suas Cotas, indicando o nome e qualificação do cessionário, bem como o preço, condições de pagamento e demais condições.
- 9.11.1** A transferência de titularidade das Cotas fica condicionada à verificação, pelo Administrador do atendimento das formalidades estabelecidas neste Regulamento, na Resolução CVM 175 e demais regulamentações específicas, bem como à autorização do Gestor e à validação, pelos Prestadores de Serviços Essenciais, dos requisitos relacionados ao Acordo de Cotistas, se houver.
- 9.11.2** As Cotas somente poderão ser transferidas se estiverem totalmente integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, todas as futuras obrigações do Cotista cedente perante a Classe no tocante à sua integralização.

CAPÍTULO 10 – AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

- 10.1** Qualquer distribuição dos recursos financeiros líquidos da Classe para os Cotistas ocorrerá somente por meio da amortização integral ou parcial das suas Cotas, observadas as disposições deste Anexo, do Apêndice (conforme aplicável) e do Suplemento referente a cada emissão de Cotas, observado que qualquer amortização e distribuição de recursos financeiros líquidos deverá ser realizada de forma *pro rata* para todas as Cotas integralizadas.
- 10.1.1** Sujeito a prévia instrução dada pelo Gestor, o Administrador realizará amortizações parciais e/ou integrais das Cotas a qualquer momento no decorrer do Prazo de Duração, à medida que o valor dos ganhos e rendimentos da Classe decorrentes dos seus investimentos em Ativos Alvo e em Ativos Financeiros seja suficiente para pagar o valor de todas as exigibilidades e provisões da Classe. Qualquer distribuição a título de amortização de Cotas integralizadas abrangerá todas as Cotas em benefício da totalidade dos Cotistas.
- 10.2** Para fins de amortização de Cotas, será considerado o valor da Cota do segundo Dia Útil anterior à data do pagamento da respectiva parcela de amortização, correspondente à divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas emitidas e em circulação, ambos apurados no segundo Dia Útil anterior à referida data do pagamento da respectiva parcela de amortização.

Anexo I ao Regulamento**CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

10.2.1 Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização de Cotas aos Cotistas cair em dia que não seja Dia Útil, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte.

10.3 Os pagamentos de resgate e amortizações das Cotas serão realizados prioritariamente em moeda corrente nacional, podendo ser realizados em Ativos Alvo e/ou Ativos Financeiros, quando houver deliberação da Assembleia Especial de Cotistas nesse sentido, exceto se de outra forma previsto no Apêndice das Subclasses. Os pagamentos em moeda corrente nacional serão realizados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

10.3.1 Ao final do Prazo de Duração ou quando da liquidação antecipada da Classe, todas as Cotas integralizadas deverão ter seu valor integralmente amortizado. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Cotas em circulação à época da liquidação da Classe, o Gestor deverá convocar a Assembleia Especial de Cotistas a fim de deliberar pela prorrogação do Prazo de Duração ou pelo resgate de Cotas em Ativos Alvo e/ou Ativos Financeiros.

10.3.2 A amortização poderá ser realizada sempre que houver venda de parte ou da totalidade dos Ativos Alvo durante o Prazo de Duração da Classe. Nestas hipóteses, o Gestor decidirá sobre a possibilidade ou não da amortização das Cotas, bem como sobre o montante a ser amortizado aos Cotistas.

10.3.3 O valor de cada amortização será rateado entre todos os Cotistas, obedecida a proporção da participação de cada um no total de Cotas emitidas.

10.3.4 Quando da decisão pela amortização de Cotas, o Administrador deverá primeiramente deduzir as exigibilidades da Classe, tais como custos de administração e demais encargos necessários para o funcionamento da Classe, obrigações e outros valores eventualmente registrados no seu passivo.

10.3.5 Os dividendos ou juros sobre capital próprio distribuídos pelas Sociedades Alvo das quais a Classe seja acionista/quotista, assim como quaisquer outros valores recebidos em decorrência de seus investimentos diretos ou indiretos em tais Sociedades Alvo, poderão ser destinados à amortização de Cotas, conforme orientação do Gestor, observado o disposto neste Capítulo 10.

10.3.6 Na hipótese de haver disponibilidades financeiras da Classe, resultantes da alienação, total ou parcial, de um investimento integrante da carteira, ou de proventos, poderá o respectivo produto, oriundo de tais distribuições, ser reinvestido nos Ativos Alvo, desde que seja observado o presente Anexo.

10.3.7 Será admitido o resgate de Cotas com a entrega de Ativos Alvo ou Ativos Financeiros na liquidação da Classe, sendo considerado o valor de tais ativos, apurado nos termos deste Anexo, de acordo com a natureza do respectivo ativo.

CAPÍTULO 11 – ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS E DEMAIS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS ÀS MANIFESTAÇÕES DAS VONTADES DOS COTISTAS

11.1 A Assembleia Especial de Cotistas desta Classe, se aplicável, é responsável por deliberar sobre as matérias específicas da referida Classe, na forma da Resolução CVM 175 e alterações posteriores.

11.1.1 Os Cotistas que tenham sido chamados a integralizar as Cotas subscritas e que estejam inadimplentes na data da convocação da assembleia não têm direito a voto sobre a respectiva parcela subscrita e não integralizada.

11.1.2 O Cotista deve exercer o direito de voto no interesse da classe de cotas.

Anexo I ao Regulamento**CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

11.2 Os seguintes quóruns deverão ser observados pela Assembleia Especial de Cotistas ao deliberar as matérias abaixo:

Matéria	Quórum
(i) alterar o presente Anexo;	Maioria das Cotas subscritas
(ii) destituição ou substituição do Administrador, bem como a escolha de seus respectivos substitutos;	Maioria das Cotas subscritas
(iii) destituição ou substituição do Gestor sem Justa Causa, bem como a escolha de seus respectivos substitutos;	75%, no mínimo, das Cotas subscritas
(iv) destituição ou substituição do Gestor com Justa Causa, bem como a escolha de seus respectivos substitutos;	Maioria das Cotas subscritas
(v) destituição ou substituição do Custodiante, bem como a escolha de seu substituto;	Maioria das Cotas subscritas
(vi) fusão, incorporação, cisão, transformação ou eventual liquidação da Classe ou da Subclasse;	Maioria das Cotas subscritas da Classe e da respectiva Subclasse afetada, conforme aplicável.
(vii) emissão de novas cotas;	Maioria das Cotas subscritas
(viii) eventual aumento na Taxa de Administração;	75%, no mínimo, das Cotas subscritas
(ix) prorrogação e/ou alteração do Prazo de Duração da Classe;	75%, no mínimo, das Cotas subscritas
(x) alteração do quórum de instalação e deliberação da Assembleia Especial de Cotistas;	Maioria das Cotas subscritas ou o quórum mínimo de aprovação relativo à matéria cujo quórum se pretende alterar, o que for maior.
(xi) instalação, composição, organização e funcionamento dos comitês e conselhos da Classe, se aplicável;	Maioria das Cotas subscritas
(xii) requerimento de informações por parte de Cotistas, observado o Art. 26, parágrafo primeiro, do Anexo Normativo IV, da Resolução CVM 175;	Maioria das Cotas subscritas
(xiii) aprovação dos atos que configurem potenciais conflito de interesses entre a Classe e seu Administrador ou Gestor e entre a Classe e qualquer Cotista, ou grupo de Cotistas, que detenham mais de 10% (dez por cento) das Cotas subscritas;	Maioria das Cotas subscritas
(xiv) inclusão de encargos não previstos neste Anexo ou na regulamentação aplicável, observado o disposto no item 3.4 acima deste Anexo, ou o aumento dos limites máximos previstos neste Anexo;	Maioria das Cotas subscritas
(xv) aprovação do laudo de avaliação do valor justo de ativos, caso utilizados na integralização de Cotas da Classe, se aplicável, conforme o inciso IV do Art. 21 da Resolução CVM 175;	Maioria das Cotas subscritas

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

Matéria	Quórum
(xvi) aplicação de recursos da Classe em títulos e valores mobiliários de emissão de Sociedades Alvo nas hipóteses previstas no item Error! Reference source not found. ;	Maioria das Cotas subscritas
(xvii) liquidação da Classe nos termos do item 12.3 abaixo, deste Anexo, deliberar sobre as providências a serem tomadas para a distribuição de bens e/ou direitos da Classe aos Cotistas; e	Maioria das Cotas subscritas
(xviii) contratação de formador de mercado, caso este seja parte relacionada do Administrador ou do Gestor	Maioria das Cotas subscritas

- 11.3** Este Anexo pode ser alterado, independentemente da Assembleia Especial de Cotistas, nos casos previstos na Resolução CVM 175.
- 11.4** Considera-se o correio eletrônico (e-mail) uma forma de correspondência válida entre a Administradora e os cotistas, inclusive para convocação de Assembleias de Cotistas e procedimentos de consulta formal, sendo obrigação do cotista manter seus dados atualizados junto à Administradora. Caso o cotista não tenha comunicado ao administrador a atualização de seu endereço físico ou eletrônico, o administrador fica exonerado do dever de envio das informações e comunicações previstas nesta Resolução ou no regulamento do fundo, a partir da primeira correspondência que houver sido devolvida por incorreção no endereço declarado.

CAPÍTULO 12 – LIQUIDAÇÃO DA CLASSE

- 12.1** A Classe será liquidada quando: (i) da liquidação antecipada deliberada em Assembleia Especial de Cotistas; ou (ii) pelo encerramento do Prazo de Duração da Classe.
- 12.2** Na ocorrência da liquidação da Classe, o Administrador: (i) liquidará todos os investimentos da Classe em Ativos Financeiros, conforme orientação do Gestor, transferindo todos os recursos daí resultantes para a conta da Classe; (ii) realizará o pagamento dos Encargos da Classe e a amortização das Cotas, até o limite dos recursos disponíveis na Conta da Classe; e (iii) realizará, de acordo com as orientações e instruções do Gestor, a alienação dos investimentos nas Sociedades Alvo integrantes da carteira de Investimentos da Classe.
- 12.2.1** No caso de Liquidação da Classe, os Cotistas terão o direito de partilhar o Patrimônio Líquido em igualdade de condições e na proporção dos valores para resgate de suas Cotas e no limite desses valores, deduzidas as despesas necessárias para a liquidação da Classe. Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas.
- 12.3** Caso a Classe não possua recursos suficientes para o pagamento de todas as Cotas no momento de sua liquidação, e desde que a Classe possua investimentos remanescentes, uma das seguintes providências deverá ser tomada, cabendo ao Gestor escolher a opção que possa resultar no melhor resultado para os Cotistas:
- (i) a critério do Gestor, vender os Ativos Alvo e demais Ativos Financeiros em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, caso tais ativos sejam admitidos à negociação nos referidos mercados;
 - (ii) a critério do Gestor, vender, através de transações privadas, os Ativos Alvo integrantes da carteira da Classe que não sejam negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado no Brasil; ou
 - (iii) por recomendação do Gestor e desde que previamente aprovado pela Assembleia Especial de Cotistas, distribuir ativos, mediante entrega de bens ou direitos da Classe, proporcionalmente à quantidade de

Anexo I ao Regulamento**CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Cotas detida por Cotista, e pelo valor justo dos bens e/ou direitos objeto da referida distribuição de ativos, calculado nos termos da regulamentação aplicável, a qual ocorrerá diretamente entre as partes, mediante procedimento a ser determinado em Assembleia de Cotistas, observado o disposto na Resolução CVM 175 e, de todo modo, fora do ambiente da B3, caso as Cotas estejam custodiadas na B3.

- 12.3.1** Em todo e qualquer caso, a liquidação dos ativos da Classe, conforme mencionadas no item 12.3 acima, deverá ser realizada em observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis à Classe.
- 12.3.2** Após a divisão dos ativos da Classe entre os Cotistas, o Administrador deverá liquidar a Classe, submetendo à CVM os documentos requeridos pelas autoridades competentes dentro do prazo regulamentar, bem como tomar todas e quaisquer providências para liquidar a Classe perante as autoridades competentes.
- 12.3.3** Para fins da distribuição de ativos de que trata o subitem (iii) acima, no caso de: (i) entrega de Ativos Alvo aos Cotistas, o Administrador deverá proceder à transferência de titularidade de tais Ativos Alvo, mediante a celebração de todos os atos necessários; e/ou (ii) entrega de Ativos Financeiros aos Cotistas, o Administrador deverá atualizar o registro mantido na entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM responsável pela custódia de tais Ativos Financeiros.
- 12.3.4** Caso a liquidação da Classe seja realizada de acordo com o subitem (iii) acima: (i) qualquer Cotista não possa deter diretamente Ativos Alvo das Sociedades Alvo, em virtude de restrições legais e/ou regulatórias ou (ii) os Cotistas não chegarem a um acordo sobre a divisão dos ativos, tais Cotistas deverão constituir um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Anexo, ficando autorizado a liquidar a Classe perante as autoridades competentes.
- 12.3.5** O Administrador deverá notificar os Cotistas membros do condomínio referido no item 12.3.4 acima para que elejam um administrador para o referido condomínio, na forma do Art. 1.323 do Código Civil, informando a proporção de Ativos Alvo a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.
- 12.3.6** Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos itens acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas que detenha a maior quantidade de Cotas em circulação.
- 12.3.7** O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos ativos integrantes da carteira da Classe pelo prazo não prorrogável de 90 (noventa) dias corridos, contados da notificação referida no item 12.3.5 acima, durante o qual o administrador do condomínio eleito pelos Cotistas indicará, ao Administrador e ao Custodiante, data, hora e local para que seja feita a entrega dos títulos e valores mobiliários aos Cotistas. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos títulos e Ativos Alvo da carteira da Classe na forma do Art. 334 do Código Civil.
- 12.3.8** Para os fins deste item, fica desde já ressalvado que Cotistas que não estejam sujeitos a qualquer restrição legal e/ou regulatória para deter diretamente os Ativos poderão optar por não integrar o condomínio previsto no item 12.3.4 acima.
- 12.4** Em qualquer das hipóteses de liquidação da Classe, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Anexo I ao Regulamento**CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

- 12.4.1** Após o pagamento das despesas e Encargos da Classe, será pago aos Cotistas, se a Classe ainda tiver recursos, o valor apurado, até os limites previstos no presente Anexo.
- 12.4.2** A liquidação da Classe será gerida pelo Administrador, observado o que dispõe o presente Anexo ou o que for deliberado na Assembleia Especial de Cotistas.
- 12.5** A liquidação da Classe e a divisão de seu patrimônio entre os Cotistas deverão ocorrer no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados (i) do encerramento do Prazo de Duração ou (ii) da data da realização da Assembleia Especial de Cotistas que deliberar sobre a liquidação da Classe.
- 12.5.1** Quando do encerramento e liquidação da Classe, a empresa de auditoria independente registrada na CVM (“**Empresa de Auditoria**”) deverá emitir pareceres técnicos atestando a conformidade das respectivas demonstrações contábeis.

CAPÍTULO 13 – PRESTADORES DE SERVIÇOS**Administração**

- 13.1** A Classe será administrada pelo Administrador. Observadas as limitações estabelecidas neste Anexo e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração da Classe, observadas disposições previstas na regulamentação e autorregulação aplicáveis, bem como as competências inerentes ao Gestor.

Gestão

- 13.2** O Gestor, observadas as disposições previstas na regulamentação e autorregulação aplicáveis e as limitações legais, tem poderes para praticar os atos necessários à gestão da carteira de ativos, na sua respectiva esfera de atuação.
- 13.3** Nos termos do art. 86, § 1º da Parte Geral da Resolução CVM 175, a gestão da Carteira alcança a utilização de ativos na prestação de fiança, aval, aceite ou qualquer outra forma de retenção de risco.
- 13.4** Compete ao Gestor negociar os ativos da carteira, bem como firmar, quando for o caso, todo e qualquer contrato ou documento relativo à negociação de ativos, qualquer que seja a sua natureza, representando a Classe para essa finalidade.

Equipe-Chave

- 13.5** O Gestor deverá assegurar que a sua equipe-chave, envolvida diretamente nas atividades de gestão da Classe, seja sempre composta por um grupo de profissionais dedicados a investimentos relacionados ao objetivo da Classe. A equipe-chave será composta por, no mínimo, 2 (dois) profissionais devidamente qualificados, os quais não terão qualquer obrigação de exclusividade ou necessidade de alocação de tempo mínimo à Classe, porém deverão cumprir os requisitos mínimos que eventuais profissionais que compõem a equipe chave de gestão deverão cumprir, a saber: (i) graduação em curso superior, em instituição reconhecida oficialmente, no Brasil ou no exterior; (ii) possuir experiência em operações financeiras e de mercado de capitais, seja na área de gestão de recursos de terceiros, ou de operações de crédito, aquisição, gestão e desinvestimento de ativos, com conhecimento e atuação no mínimo de 5 (cinco) anos nessas áreas; (iii) não ter tido imposta contra si sanção restritiva de direito nos termos do Art. 20 do Decreto n.º 6.514, de 22 de julho de 2008, conforme alterado; e (iv) não ter sofrido condenação por prática que importe discriminação de qualquer tipo, trabalho infantil ou escravo, crime ambiental ou assédio moral ou sexual (“**Requisitos Mínimos da Equipe Chave**”).

Anexo I ao Regulamento**CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA****Vedações Aplicáveis aos Prestadores de Serviços Essenciais**

13.6 É vedado aos Prestadores de Serviços Essenciais, praticar os seguintes atos em nome da Classe:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, exceto na situação de (a) empréstimo contraído para fazer frente ao inadimplemento de Cotistas que deixem de integralizar as Cotas que subscrevem, observado que o valor do empréstimo estará limitado ao montante necessário para assegurar o cumprimento do Compromisso de Investimento previamente assumido pela Classe ou para garantir a continuidade de suas operações; ou (b) empréstimo contraído exclusivamente para cobrir Patrimônio Líquido negativo;
- (iii) realizar qualquer investimento ou desinvestimento em descumprimento do disposto na regulamentação em vigor ou neste Anexo;
- (iv) vender Cotas à prestação, sem prejuízo da possibilidade de integralização a prazo de Cotas subscritas;
- (v) garantir rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (vi) utilizar recursos da Classe para pagamento de seguro contra perdas financeiras de Cotistas; e
- (vii) praticar qualquer ato de liberalidade.

13.6.1 Caso existam garantias prestadas pela Classe, conforme disposto no item **Error! Reference source not found.**, o Administrador deve zelar pela ampla disseminação das informações sobre todas as garantias existentes, por meio, no mínimo, de divulgação de fato relevante e permanente disponibilização, com destaque, das informações na página do Administrador na internet.

13.7 O Gestor deverá assegurar que o valor justo dos Ativos Alvo investidos, inclusive aqueles contribuídos ao patrimônio da Classe para integralização de Cotas, estejam respaldados em laudo de avaliação elaborado por avaliadores independentes ou analistas de valores mobiliários autorizados pela CVM.

Custódia

13.8 O serviço de custódia dos ativos da Classe será prestado pelo Custodiante, a quem caberá as atribuições previstas nas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Controladoria e Escrituração

13.9 O ESCRITURADOR prestará serviços de controladoria e escrituração das Cotas da Classe, a quem caberá as atribuições previstas nas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Auditoria

13.10 Os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e demais contas da Classe serão prestados por uma Empresa de Auditoria eleita pelo Administrador. Pelos serviços prestados, a Empresa de Auditoria fará jus ao recebimento de remuneração a ser definida em contrato específico, a qual será paga pela Classe.

CAPÍTULO 14 – REMUNERAÇÃO

14.1 As seguintes remunerações serão devidas pela Classe para remunerar os seus prestadores de serviços (base 252 dias):

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

Taxa	Base de cálculo e percentual
Taxa de Administração	0,14% (catorze centésimos) ao ano, apropriada diariamente na base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, e paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao mês que se refere, incidente sobre o Patrimônio Líquido da Classe. Remuneração mínima mensal: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), podendo ser corrigida anualmente, em janeiro de cada ano, pelo IGP-M, a critério do Administrador. Remuneração máxima mensal: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), podendo ser corrigida anualmente, em janeiro de cada ano, pelo IGP-M, a critério do Administrador.
Taxa de Gestão	A Taxa de Gestão devida ao Gestor será apurada e calculada nos termos descritos no Apêndice de cada Subclasse.
Taxa Máxima de Custódia	0,00% (zero por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido da Classe.
Taxa de Performance	A Taxa de Performance devida ao Gestor será apurada e calculada nos termos descritos no Apêndice de cada Subclasse.
Taxa Máxima de Distribuição	Tendo em vista que a Classe tem natureza de classe fechada, a taxa e despesas com a distribuição de Cotas da Classe são descritas nos documentos da Oferta de cada emissão, conforme aplicável.
Taxa de Ingresso	Não serão cobradas taxas de ingresso da Classe ou dos Cotistas. Não obstante, a cada nova emissão de Cotas, a Classe poderá cobrar taxa de distribuição no mercado primário para arcar com as despesas da Oferta da nova emissão de Cotas, a ser paga pelos subscritores das novas Cotas no ato da sua respectiva integralização, se assim for deliberado em Assembleia de Cotistas ou no ato do Administrador que aprovar a respectiva Oferta no âmbito do Capital Autorizado, conforme o caso.

14.2 A Taxa de Performance será apurada exclusivamente quando da amortização ou do resgate de Cotas, conforme aplicável, observando-se o disposto nos respectivos Apêndices, bem como o seguinte:

- (i) para fins de apuração da Taxa de Performance, somente serão considerados os valores efetivamente distribuídos aos Cotistas por ocasião de tal amortização ou resgate (isso é, desconsiderando-se o Patrimônio Líquido e/ou distribuições futuras); e
- (ii) uma vez apurada e provisionada a Taxa de Performance relativa à determinada amortização, o Gestor poderá, a seu exclusivo critério, sem direito a qualquer reajuste ou correção, optar por postergar sua cobrança, informando-o ao Administrador. A Taxa de Performance será paga ao Gestor, se devida, até o 5º Dia Útil do mês subsequente à respectiva amortização ou resgate aos Cotistas, conforme aplicável.

14.3 Destituição do Gestor sem Justa Causa: Em caso de (a) destituição do Gestor, sem Justa Causa, (b) renúncia do Gestor em decorrência de os Cotistas, reunidos em Assembleia de Cotistas, promoverem qualquer alteração neste Regulamento que inviabilize o cumprimento da política de investimento da Classe estabelecida neste Anexo, nos termos do Capítulo 5 acima, ou (c) renúncia do Gestor em decorrência de os Cotistas, reunidos em Assembleia de Cotistas, aprovarem fusão, cisão ou incorporação do Fundo e/ou da Classe por vontade exclusiva

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

dos Cotistas, sem anuência do Gestor, que inviabilize o cumprimento da política de investimentos da Classe, nos termos do Capítulo 5 acima, caberá ao Gestor, o recebimento do valor integral devido a título de Taxa de Performance, nos termos dos itens 16.3 e 16.4 acima, calculado de forma *pro rata temporis*, considerando o período em que o Gestor efetivamente prestou serviços à Classe, ou seja, até a data da sua efetiva destituição, o qual deverá ser pago: (i) ao final do Prazo de Duração da Classe ou (ii) quando da liquidação dos Ativos Alvo ou sua entrega aos Cotistas, mediante amortização das respectivas Cotas, o que ocorrer primeiro.

14.4 Destituição do Gestor com Justa Causa Em caso de destituição do Gestor com Justa Causa, caberá ao Gestor o recebimento do valor integral devido a título de Taxa de Performance, nos termos dos itens 16.3 e 16.4 acima, calculado de forma *pro rata temporis*, considerando o período entre o início da Classe até a data do fato gerador referente ao evento que configurou a Justa Causa, o qual deverá ser pago: (i) ao final do Prazo de Duração da Classe ou (ii) quando da liquidação dos Ativos Alvo ou sua entrega aos Cotistas, mediante amortização das respectivas Cotas, o que ocorrer primeiro.

14.4.1 Para os fins desta Cláusula 14.4, “Justa Causa” significa, para fins de destituição ou substituição do Gestor, conforme decisão final administrativa, decisão final arbitral, decisão judicial transitada em julgado ou decisão administrativa ou judicial proferida por órgão colegiado, (a) negligência, má-fé ou desvio de conduta e/ou função, pelo Gestor, relacionada ao desempenho de suas respectivas funções, deveres e ao cumprimento de obrigações nos termos deste Regulamento; (b) violação, pelo Gestor, de suas obrigações nos termos deste Regulamento ou normativos aplicáveis expedidos pela CVM; (c) fraude comprovadamente cometida pelo Gestor ligada ao cumprimento de suas obrigações ou desempenho de suas funções nos termos deste Regulamento; e (d) descredenciamento do Gestor pela CVM

CAPÍTULO 15 – CONFLITO DE INTERESSES

15.1 No momento da aquisição de suas respectivas Cotas, cada Cotista deverá reconhecer a existência de conflito de interesses presentes e potenciais relacionados ao próprio Cotista, sendo certo que a Assembleia Especial de Cotistas será responsável por deliberar acerca de situações de conflito de interesses nos termos deste Anexo e da regulamentação aplicável. Na hipótese de existência de conflito ou potencial conflito de interesses, o Cotista conflitado estará impedido de votar em qualquer matéria relacionada ao respectivo conflito.

15.1.1 Na hipótese de potenciais situações de conflito de interesses, o Gestor deverá sempre assegurar que seus relacionamentos sigam padrões de mercado, levando em consideração o melhor interesse da Classe e seus Cotistas, respeitado o disposto neste Anexo e na regulamentação aplicável sobre conflito de interesses.

15.1.2 A Classe poderá investir parcela de seu Patrimônio Líquido não alocada em Ativos Alvo, nos termos deste Anexo, em Ativos Financeiros de emissão do Administrador, Gestor, Custodiante e/ou suas Partes Relacionadas, bem como Ativos Financeiros que sejam fundos de investimento geridos e/ou administrados por tais entidades, com finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa de liquidez da Classe. Fica desde já estabelecido que o investimento em tais Ativos Financeiros não configurará conflito de interesses.

CAPÍTULO 16 – FATORES DE RISCO E POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCOS

16.1 A carteira da Classe está sujeita às flutuações de preços e/ou cotações do mercado, conforme o caso, aos riscos de crédito e liquidez e às variações de preços e cotações inerentes aos seus Ativos Financeiros, o que pode acarretar perda patrimonial à Classe e aos Cotistas.

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

16.2 A carteira e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando, aos riscos abaixo relacionados. Antes de adquirir Cotas, o investidor deve ler cuidadosamente este Capítulo. Os métodos utilizados para o gerenciamento dos riscos a que a Classe se encontra sujeita não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pela Classe.

16.3 Dentre os fatores de risco a que a Classe está sujeita, incluem-se, sem limitação:

16.3.1 Risco de Mercado:

- (i) Fatores macroeconômicos relevantes: variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas relevantes, poderão afetar negativamente os preços dos ativos integrantes da carteira da Classe, bem como resultar na inabilidade ou impossibilidade de alienação dos Ativos Alvo da Classe e/ou redução nos dividendos distribuídos a Classe, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Cotistas, do valor de suas aplicações. Não será devido pela Classe ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Gestor, qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza, caso ocorra, por qualquer razão, a inabilidade ou impossibilidade de alienação dos Ativos Alvo da Classe e/ou redução nos dividendos distribuídos a Classe ou, ainda, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos. A Classe desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo governo federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar a Classe, as Sociedades Alvo e os Cotistas de forma negativa. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados da Classe. Além disso, o mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no País, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as Cotas, o que poderá prejudicar de forma negativa as atividades das Sociedades Alvo e, por conseguinte, os resultados da Classe e a rentabilidade dos Cotistas.

16.3.2 Outros Riscos

- (i) Risco de alteração da legislação aplicável à Classe e/ou aos Cotistas: a legislação aplicável a Classe, aos Cotistas e aos investimentos efetuados pela Classe, incluindo, sem limitação, leis tributárias, leis cambiais e leis que regulamentam investimentos estrangeiros em cotas de fundos de investimento no Brasil, está sujeita a alterações. Ainda, poderá ocorrer interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores no mercado brasileiro, bem como

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

moratórias e alterações das políticas monetária e cambiais. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas da Classe, bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das Cotas. Ademais, a aplicação de leis vigentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados da Classe.

- (ii) Riscos de alterações na legislação tributária: alterações na legislação tributária ou na sua interpretação e aplicação podem implicar o aumento da carga tributária incidente sobre o investimento nas Cotas da Classe. Essas alterações incluem (i) a eventual extinção dos benefícios fiscais estabelecidos aplicáveis aos investimentos nas Cotas, na forma da legislação em vigor, (ii) possíveis modificações na alíquota e/ou na base de cálculo dos tributos existentes, (iii) a criação de novos tributos, (iv) bem como mudanças na interpretação ou aplicação da legislação tributária em vigor por parte dos tribunais ou das autoridades governamentais. Os efeitos dessas medidas não podem ser previstos, mas poderão sujeitar as Sociedades Alvo, os Ativos Financeiros, a Classe e/ou os Cotistas a recolhimentos não previstos inicialmente.
- (iii) Padrões das demonstrações contábeis: as demonstrações financeiras da Classe serão elaboradas em consonância com os padrões contábeis vigentes no Brasil, enquanto eventuais Cotistas não-residentes no Brasil deverão, eventualmente, preparar suas respectivas demonstrações financeiras de acordo com os padrões contábeis vigentes em suas respectivas jurisdições. Dessa forma, o padrão das informações financeiras da Classe poderá divergir, de maneira significativa ou não das informações financeiras a serem elaboradas por tais Cotistas não-residentes.
- (iv) Morosidade da justiça brasileira: o Fundo, a Classe e as Sociedades Alvo poderão ser partes em demandas judiciais, tanto no polo ativo como no polo passivo. Em virtude da reconhecida morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de tais demandas poderá não ser alcançada em tempo razoável. Ademais, não há garantia de que o Fundo, a Classe e/ou as Sociedades Alvo obterão resultados favoráveis nas demandas judiciais. Tais fatos poderão afetar de forma adversa o desenvolvimento dos negócios das Sociedades Alvo e, consequentemente, os resultados da Classe e a rentabilidade dos Cotistas.
- (v) Arbitragem: o Regulamento do Fundo prevê a arbitragem como meio de solução de disputas. O envolvimento da Classe em um eventual procedimento arbitral pode gerar impactos significativos ao Patrimônio Líquido da Classe, implicando em custos que podem impactar o resultado da Classe. Adicionalmente, o custo de uma arbitragem pode ser comparativamente maior do que o custo relacionado a um processo judicial. No mesmo sentido, uma Sociedade Alvo em que a Classe invista pode ter seu resultado impactado por um procedimento arbitral, consequentemente podendo afetar os resultados da Classe.
- (vi) Risco relacionado à Ausência de Solidariedade: Não há solidariedade entre o Administrador e o Gestor no que tange aos atos ou condutas contrárias à lei, ao Regulamento, a este Anexo e aos Apêndices, ou aos atos normativos expedidos pela CVM, praticados com culpa ou dolo por parte do Gestor ou do Administrador, e que venham a causar prejuízos à Classe e aos Cotistas. Desta forma, o Cotista deve estar ciente que quaisquer reclamações relacionadas à gestão do Fundo, decisões de investimento, desinvestimento, forma de condução de negócios das Sociedades Alvo, ou quaisquer outras matérias de responsabilidade do Gestor, conforme o caso, nos termos deste Regulamento, devem ser direcionadas única e exclusivamente ao Gestor, respectivamente, permanecendo o Administrador indene com relação a tais reclamações. Por outro lado, o Cotista deve estar ciente que quaisquer reclamações relacionadas à administração

Anexo I ao Regulamento**CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

fiduciária do Fundo, cumprimento das obrigações ordinária e extraordinária atribuídas ao Administrador na regulamentação em vigor, no Regulamento, neste Anexo e nos Apêndices devem ser direcionadas única e exclusivamente ao Administrador, permanecendo o Gestor indene com relação a tais reclamações. Por fim, conforme previsto na regulamentação em vigor, no Regulamento, neste Anexo e nos Apêndices, o Administrador e os demais prestadores de serviços contratados respondem perante a CVM, na esfera de suas respectivas competências, por seus próprios atos e omissões contrários à lei, ao Regulamento, a este Anexo e aos Apêndices ou às disposições regulamentares aplicáveis, sem prejuízo do dever de fiscalizar, nas hipóteses expressamente previstas na Resolução CVM 175, bem como naquelas eventualmente previstas no Regulamento, Anexo e nos Apêndices.

16.3.3 Riscos relacionados à Classe

- (i) Risco de cancelamento da Primeira Emissão ou de colocação parcial das Cotas da primeira emissão da Classe: na eventualidade de o montante mínimo da Primeira Emissão não ser colocado, a Primeira Emissão será cancelada, sendo todas as intenções de investimento automaticamente canceladas e a Classe liquidada. Na eventualidade de o montante mínimo da Primeira Emissão ser colocado no âmbito da Primeira Emissão, a Primeira Emissão poderá ser encerrada e eventual saldo de Cotas não colocado será cancelado pelo Administrador.
- (ii) Possibilidade de reinvestimento: os recursos obtidos pela Classe em decorrência de desinvestimentos poderão ser reinvestidos em Ativos Alvo de Sociedades Alvo a critério do Gestor, nos termos deste Anexo. Nesse sentido, as características da Classe limitam a liquidez do investimento pelos Cotistas, uma vez que: (i) a Classe poderá reinvestir os recursos recebidos em decorrência de desinvestimentos, deixando, assim, de amortizar as Cotas e distribuir rendimentos aos Cotistas; e (ii) as Cotas serão resgatadas apenas na hipótese de liquidação da Classe, observados os termos e condições deste Anexo.
- (iii) Risco de não realização de investimentos: não há garantias de que os investimentos pretendidos pela Classe estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua Política de Investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo em não realização destes. Neste caso, eventual aporte feito pelo Cotista será devolvido, podendo assim perder oportunidades de investimento e/ou não receber o retorno esperado.
- (iv) Risco de concentração da carteira da Classe: a carteira da Classe poderá estar concentrada em Ativos Alvo de emissão de uma única Sociedade Alvo, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados à solvência da Sociedade Alvo. A eventual concentração de investimentos em determinada Sociedade Alvo ou em Ativos Financeiros emitidos por uma mesma entidade pode aumentar a exposição da Classe e consequentemente, aumentar os riscos de crédito e liquidez.
- (v) Propriedade de Cotas versus propriedade de Ativos Alvo e Ativos Financeiros: a propriedade das Cotas não confere aos seus titulares a propriedade direta sobre os Ativos Alvo ou sobre fração ideal específica dos Ativos Alvo. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas.
- (vi) Inexistência de garantia de eliminação de riscos: a realização de investimentos na Classe sujeita o investidor a riscos aos quais a Classe e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas na Classe. Não há qualquer garantia de eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e para os Cotistas. A Classe não conta com garantia do

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

Administrador, do Gestor, de suas respectivas afiliadas, e de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito.

- (vii) Risco de Governança: caso a Classe venha a emitir novas Cotas, seja mediante deliberação em Assembleia de Cotistas e/ou por ato unilateral do Administrador, a proporção da participação então detida pelos Cotistas na Classe poderá ser alterada de modo que os novos Cotistas podem modificar a relação de poderes para aprovação de alterações a este Regulamento e demais matérias de competência da Assembleia Geral de Cotistas.
- (viii) Risco de Diluição na Classe: caso a Classe venha a emitir novas Cotas, seja mediante deliberação em Assembleia de Cotistas e/ou por ato unilateral do Administrador, a participação detida por tais Cotistas na Classe poderá ser diluída.
- (ix) Desempenho passado: ao analisar quaisquer informações fornecidas em qualquer material de divulgação da Classe que venha a ser disponibilizado acerca de resultados passados de quaisquer mercados, ou de quaisquer investimentos em que o Administrador e/ou o Gestor tenham de qualquer forma participado, os potenciais Cotistas devem considerar que qualquer resultado obtido no passado não é indicativo de possíveis resultados futuros, e não há qualquer garantia de que resultados similares serão alcançados pela Classe.
- (x) Inexistência de garantia de rentabilidade: a Classe não possui garantia de rentabilidade mínima aos Cotistas, seja pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os rendimentos decorrentes dos Ativos Alvo emitidos pelas Sociedades Alvo não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas, a rentabilidade dos Cotistas será inferior a qualquer meta eventualmente indicada pelo Gestor. Assim, não há garantias de retorno efetivo do investimento nas Cotas da Classe.
- (xi) Risco decorrente de operações nos mercados de derivativos: a utilização de instrumentos de derivativos pela Classe pode aumentar a volatilidade da Classe, limitar as possibilidades de retorno nas suas operações, não produzir os efeitos desejados e/ou provocar significativas perdas patrimoniais a Classe e aos Cotistas.
- (xii) Possibilidade de endividamento pela Classe: a Classe poderá contrair ou efetuar empréstimos na forma deste Regulamento, de modo que o Patrimônio Líquido da Classe poderá ser afetado em decorrência da obtenção de tais empréstimos.
- (xiii) Demais Riscos: a Classe também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao seu controle, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Ativos Financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos, os quais, se materializados, poderão acarretar perdas a Classe e aos Cotistas.

16.3.4 Risco relacionados às Sociedades Alvo

- (i) Riscos relacionados às Sociedades Alvo: a carteira da Classe estará concentrada em Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo. Não há garantias de: (i) bom desempenho de quaisquer das Sociedades Alvo; (ii) solvência das Sociedades Alvo; (iii) continuidade das atividades das Sociedades Alvo; (iv) liquidez para a alienação dos Ativos Alvo das Sociedades Alvo; e (v) valor esperado na alienação dos Ativos Alvo das Sociedades Alvo. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira da Classe e o valor das

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

Cotas. Os pagamentos relativos aos títulos e/ou Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Sociedade Alvo, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, a Classe e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Não há garantia quanto ao desempenho do segmento econômico de atuação de cada Sociedade Alvo e nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Sociedades Alvo acompanhe *pari passu* o desempenho médio de seu respectivo segmento. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Sociedades Alvo acompanhe o desempenho das demais empresas de seu respectivo segmento, não há garantia de que a Classe e os seus Cotistas não experimentarão perdas, nem certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Em função de diversos fatores relacionados ao funcionamento de órgãos públicos de que pode vir a depender a Classe no desempenho de suas operações, não há garantias de que a Classe conseguirá exercer todos os seus direitos de sócio das Sociedades Alvo, ou como adquirente ou alienante de Ativos Alvo de emissão de tais Sociedades Alvo, nem de que, caso a Classe consiga exercer tais direitos, os efeitos obtidos serão condizentes com os seus direitos originais e/ou obtidos no tempo esperado. Tais fatores poderão impactar negativamente a rentabilidade da carteira da Classe. Os investimentos da Classe poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas neste Regulamento, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para a Classe quanto (a) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Sociedade Alvo e (b) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da carteira da Classe e as Cotas.

- (ii) Risco de crédito: os títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a carteira da Classe (incluindo, sem limitação, debêntures de emissão das Sociedades Alvo) estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetem as condições financeiras dos emissores dos títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos aos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez. As escrituras de emissão de debêntures de Sociedades Alvo poderão, ainda, prever o pagamento de prêmio baseado na variação da receita ou do lucro da Sociedade Alvo emissora. Nessa hipótese, caso a respectiva Sociedade Alvo emissora apresente receita ou lucro insuficiente, a rentabilidade da Classe poderá ser adversamente impactada. Dessa forma, caso a Classe não consiga alienar tais debêntures no mercado secundário, é possível que a Classe não receba rendimentos suficientes para atingir eventual rentabilidade indicada pelo Gestor. Ademais, em caso de falência de qualquer Sociedade Alvo, a liquidação de debêntures estará sujeita ao pagamento, pela respectiva Sociedade Alvo, de determinados créditos que possuem classificação mais privilegiada, nos termos da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada (notadamente, no caso de debêntures quirografárias, créditos trabalhistas, créditos garantidos por garantia real, créditos tributários e créditos com privilégios especiais e gerais).

Anexo I ao Regulamento**CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

- (iii) Risco de responsabilização por passivos da Sociedade Alvo: nos termos da regulamentação, a Classe deverá participar do processo de tomada de decisões estratégicas das Sociedades Alvo. Tal participação, em razão da responsabilidade a ela inerente, pode sujeitar a Classe a reivindicações a que ele não estaria sujeito se fosse apenas um investidor passivo. Por exemplo, caso uma Sociedade Alvo tenha sua falência decretada ou sua personalidade jurídica desconsiderada, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos poderá ser atribuída a Classe, resultando em prejuízo aos Cotistas. Além disso, há casos em que o Poder Judiciário, notadamente a Justiça do Trabalho, atribui aos acionistas a responsabilidade por passivos de uma companhia independentemente da caracterização dos requisitos necessários para tanto, conforme estabelecidos na legislação brasileira, e independentemente da participação de cada acionista no capital social e/ou na administração da companhia. Em tais hipóteses, não há garantia de que a Classe terá êxito na defesa de seus interesses, podendo haver prejuízos para a Classe e seus Cotistas.
- (iv) Riscos relacionados a reclamação de terceiros: no âmbito de suas atividades, as Sociedades Alvo e, eventualmente, a própria Classe poderão responder a processos administrativos ou judiciais movidos por terceiros, o que poderá impactar negativamente a rentabilidade das Cotas da Classe.
- (v) Risco de diluição: caso a Classe venha a ser acionista de qualquer Sociedade Alvo, a Classe poderá não exercer o direito de preferência que lhe cabe nos termos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em quaisquer aumentos de capital que venham a ser realizados pelas Sociedades Alvo. Dessa maneira, caso sejam aprovados quaisquer aumentos de capital das Sociedades Alvo no futuro e a Classe não participe de tais aumentos de capital por qualquer razão, a Classe poderá ter sua participação no capital das Sociedades Alvo diluída.
- (vi) Risco de aprovações: investimentos da Classe em Sociedades Alvo poderão estar sujeitos à aprovação por parte de autoridades regulatórias aplicáveis. Não há garantia de que qualquer autorização nesse sentido será obtida ou qualquer previsão com relação ao prazo para sua obtenção, o que poderá prejudicar as atividades da Classe.
- (vii) As Sociedades Alvo estão sujeitas à Lei Anticorrupção brasileira: As Sociedades Alvo estão sujeitas à legislação anticorrupção brasileira, que possui sanções severas e pode fundamentar investigações e processos diversos, nos âmbitos administrativo, cível e criminal, contra pessoas físicas e jurídicas, a depender do caso. Além de outras leis já existentes e aplicáveis a atos de corrupção, a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, entrou em vigor em 29 de janeiro de 2014, instituindo a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de determinados atos lesivos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Isso significa que, caso ocorram os atos ilícitos previstos por essa lei, no interesse ou benefício das Sociedades Alvo, essas pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas independentemente de culpa ou dolo, ainda que tais atos tenham sido realizados sem a autorização ou conhecimento de seus gestores.
- (viii) Risco de Coinvestimento: a Classe poderá coinvestir com outros fundos e/ou veículos geridos/administrados ou não por Afiliadas do Administrador e/ou do Gestor, os quais poderão ter participações maiores que as da Classe nas Sociedades Alvo, e em decorrência, maior participação no processo de governança dessas Sociedades Alvo. Nesses casos, a Classe, na posição de acionista minoritário, estará sujeito significativamente aos atos de governança dos membros da gestão, conselho de administração e/ou comitês de governança não indicados pela

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

Classe, e cujos interesses podem, por vezes, estar em conflito com os interesses da Classe. O coinvestimento envolve riscos adicionais que podem não estar presentes em investimentos onde um coinvestidor não está envolvido, incluindo a possibilidade de que um coinvestidor ou coinvestidores venham a tomar decisões (sozinho ou em bloco) ou tenham interesses ou objetivos que são diferentes daqueles da Classe, inclusive devido a dificuldades financeiras ou outras formas de conduta que afetem o seu comportamento, resultando em um impacto negativo sobre tal investimento. Não há garantia de que direitos usualmente oferecidos a acionistas minoritários estarão disponíveis para a Classe com relação a qualquer investimento, ou que tais direitos irão proporcionar proteção suficiente dos interesses da Classe.

- (ix) Risco de Coinvestimento – Coinvestimento por determinados Cotistas. A Classe poderá, na forma prevista neste Anexo e observado o disposto na regulamentação aplicável, coinvestir nas Sociedades Alvo com Cotistas e/ou outras classes de fundos e/ou veículos geridos/administrados pelo Administrador e/ou do Gestor. Em caso de coinvestimentos com Cotistas, não há qualquer obrigação de o Gestor apresentar a oportunidade a todos os Cotistas e nem de aceitar a participação de mais de um interessado. Não há qualquer garantia de participação em coinvestimento pelos Cotistas e o Gestor poderá ter discricionariedade de escolher aquele que entender mais adequado. Não há como garantir que a escolha se mostrará acertada e nem que não haverá conflitos potenciais ou efetivos no futuro em razão de tais escolhas.
- (x) Risco Operacional da(s) Sociedade(s) Alvo. Em virtude da participação na(s) Sociedade(s) Alvo, todos os riscos operacionais da(s) Sociedade(s) Alvo poderão resultar em perdas patrimoniais e riscos operacionais à Classe, impactando negativamente a rentabilidade da Classe. Além disso, a Classe influenciará na definição da política estratégica e na gestão das Sociedades Alvo. Dessa forma, caso determinada Sociedade Alvo tenha sua falência decretada e/ou caso haja desconsideração da personalidade jurídica da Sociedade Alvo, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Sociedade Alvo poderá ser atribuída à Classe, o que poderá causar um impacto negativo no valor das Cotas.
- (xi) Risco de Investimento em Sociedades Alvo Constituídas e em Funcionamento. A Classe poderá investir em Sociedades Alvo que já estejam plenamente constituídas e em funcionamento. Desta forma, existe a possibilidade de tais Sociedades Alvo: (a) estarem inadimplentes em relação ao pagamento de tributos federais, estaduais ou municipais; (b) estarem descumprindo obrigações relativas ao FGTS; (c) terem sido punidas com qualquer sanção restritiva de direito referente a condutas danosas ao meio ambiente, conforme o Artigo 20 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008; Dessa forma, dependendo da complexidade da questão e dos montantes envolvidos, a Classe e, consequentemente os Cotistas, poderão ter significativas perdas patrimoniais decorrentes dos eventos indicados acima.
- (xii) Risco de Perda de Funcionários pelas Sociedades Alvo. O funcionamento adequado das companhias integrantes da carteira depende de um corpo de funcionários responsável pela execução das principais atividades técnicas, financeiras e administrativas das Sociedades Alvo. Caso esses funcionários não sejam retidos, as Sociedades Alvo integrantes da carteira terão que atrair e substituir tais funcionários, o que pode não ser possível no espaço de tempo apropriado ou acarretar maiores custos para as Sociedades Alvo. A capacidade das Sociedades Alvo de reter os principais funcionários é fundamental para garantir a continuidade das atividades e a execução apropriada de suas tarefas principais.

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

- (xiii) Risco de Performance Operacional, Operação e Manutenção. Esse risco ocorre quando a produtividade do projeto da Sociedade Alvo não atinge os níveis previstos, comprometendo a geração de caixa e o cumprimento de contratos pela Sociedade Alvo. A origem desses riscos pode associar-se a falhas nos desenhos dos equipamentos selecionados, erros de especificação, uso de tecnologia nova não testada adequadamente, planejamento de operação e manutenção inadequados, seguros, entre outros, e pode afetar negativamente as atividades da Classe. A incidência de um evento alocado à Sociedade Alvo, como, por exemplo, a redução da demanda estimada, deverá ser suportado integralmente pela Sociedade Alvo, o que poderá ter um efeito adverso sobre os negócios e situação financeira da Classe.

16.3.5 Risco de Liquidez

- (i) Liquidez reduzida: as aplicações da Classe em Ativos Alvo apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que poderá não existir mercado secundário com liquidez para tais Ativos Alvo. Caso a Classe precise vender os Ativos Alvo emitidos pelas Sociedades Alvo, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido, causando perda de patrimônio da Classe e, consequentemente, do capital, parcial ou total, investido pelos Cotistas.
- (ii) Riscos relacionados à amortização/resgate de Cotas: em caso de dificuldade na alienação dos ativos integrantes da carteira da Classe ou devido à decisão do Gestor de reinvestir. A Classe está exposta a determinados riscos inerentes aos Ativos Alvo e aos Ativos Financeiros integrantes de sua carteira e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventualidade de o Gestor não conseguir alienar os respectivos ativos quando tiver interesse para fins de realização do pagamento de amortização ou resgate de Cotas ou qualquer outra forma de distribuição de resultados da Classe. Nas hipóteses em que as Cotas sejam amortizadas ou resgatadas mediante a entrega de Ativos Alvo e/ou Ativos Financeiros integrantes da carteira da Classe, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para negociar os Ativos Alvo e/ou Ativos Financeiros eventualmente recebidos da Classe. Ainda, o Gestor poderá decidir reinvestir os valores decorrentes de alienação dos Ativos Alvo, não realizando a amortização ou resgate das Cotas.
- (iii) Risco de restrições inerentes à negociação: determinados ativos componentes da carteira da Classe, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação por parte das bolsas de valores e mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos da carteira e precificação dos ativos poderão ser prejudicadas. Ademais, os Ativos Alvo das Sociedades Alvo poderão estar sujeitos a restrições à negociação estabelecidas nos acordos, contratos e demais documentos a eles aplicáveis ou a eles relativos.
- (iv) Liquidez reduzida das Cotas: a inexistência de tradição no mercado de capitais brasileiro de negociações no mercado secundário envolvendo cotas de classes de fundos fechados indica que as Cotas da Classe poderão apresentar baixa liquidez para negociação. Tendo em vista a natureza de classe de condomínio fechado, não será permitido ao Cotista solicitar o resgate de suas Cotas, exceto no caso de liquidação da Classe. A baixa liquidez das Cotas poderá apresentar dificuldades quando de sua negociação pelos Cotistas. Além disso, os Cotistas somente poderão negociar as Cotas com investidores qualificados, observados os termos previstos neste Anexo,

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

o que pode dificultar a venda das Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista. Não há qualquer garantia do Administrador, do Gestor ou do Custodiante em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário ou ao preço obtido por elas, ou mesmo garantia de saída ao Cotista.

- (v) Risco decorrente da precificação dos Ativos Financeiros e risco de mercado: a precificação dos Ativos Financeiros integrantes da carteira da Classe deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações, estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de Ativos Financeiros, tais como os de marcação a mercado (mark-to-market) poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira da Classe, podendo resultar em redução no valor das Cotas da Classe. Ainda, há risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos da Classe, em razão de diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.
- (vi) Risco de descontinuidade. A assembleia geral de cotistas do Fundo poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo. Nessas situações os cotistas terão seu horizonte de investimento original reduzido e poderão não reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração esperada, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Gestor nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- (vii) Risco de Patrimônio Líquido Negativo. As aplicações de cada Classe estão, por sua natureza, sujeitas a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, não havendo garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a respectiva Classe e seus Cotistas. As estratégias de investimento de cada Classe poderão fazer com que o Patrimônio Líquido desta Classe seja negativo, hipótese em que os Cotistas não serão obrigados a realizar aportes adicionais de recursos. É possível, portanto, que a Classe não possua recursos suficientes para satisfazer as suas obrigações. Tendo em vista que a responsabilidade dos Cotistas será limitada ao valor por eles subscrito, diante da possibilidade de o Patrimônio Líquido se tornar negativo, o Administrador e o Gestor deverão adotar as medidas previstas neste Regulamento, observado, ainda, o disposto nos artigos 122 a 125 da parte geral da Resolução CVM nº 175. A adoção de tais medidas não necessariamente eliminará o risco de insolvência da Classe, podendo ocorrer a liquidação da Classe ou se tornar necessário que o Administrador entre com pedido de declaração judicial de insolvência da Classe.

16.3.6 Riscos decorrentes dos segmentos de atuação das Sociedades Alvo

- (i) Risco do setor de atuação das Sociedades Alvo: A Classe está exposta a eventos que possam impactar de forma relevante a performance e a dinâmica dos setores de atuação das Sociedades Alvo, tais como: mudanças no ambiente competitivo, entrada ou saída de novos concorrentes, mudanças regulatórias, inovações tecnológicas, alterações no comportamento dos consumidores, entre outros. Tais eventos podem causar prejuízos às Sociedades Alvo e, consequentemente, à Classe.
- (ii) Risco Ambiental: A Classe está sujeita a todo e qualquer evento ou medidas que, direta ou indiretamente, resulte em impacto ao meio ambiente e/ou aos projetos das Sociedades Alvo,

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

inclusive e sem limitação: (i) proibições, atrasos e interrupções; (ii) não atendimento das exigências ambientais; (iii) multas simples, multas diárias, embargos de obra e/ou suspensão das atividades; (iv) suspensão, encerramento e proibição de contratação com o Poder Público; (v) surgimento de exigências ambientais adicionais não previstas inicialmente; (vi) falhas no levantamento da fauna e da flora; (vii) falhas no plano de execução ambiental; (viii) revisão ou reelaboração dos estudos ambientais; e/ou (ix) reparação e indenização por quaisquer danos causados ao meio ambiente e a terceiros. Tais eventos ou medidas podem causar prejuízos a Classe.

- (iii) Risco Geológico: consiste no surgimento, principalmente durante a fase de construção e/ou a de comissionamento, de ocorrências geológicas não detectadas nos estudos prévios, que encareçam ou inviabilizem as escavações (em solo, em rocha subterrânea, em rocha à céu aberto), as instalações dos equipamentos e a execução das obras civis referentes às Sociedades Alvo, o que pode afetar negativamente as atividades da Classe.
- (iv) Risco Arqueológico: o risco arqueológico consiste na descoberta de fósseis e/ou sítios arqueológicos não detectados durante as análises de subsolo referentes aos projetos das Sociedades Alvo, que podem impedir ou atrasar a execução da obra ou até exigir alterações nos projetos das Sociedades Alvo, afetando negativamente as atividades da Classe.
- (v) Risco de Completion: as Sociedades Alvo estão sujeitas a qualquer tipo de atraso/impedimento que afete o prazo de conclusão do respectivo projeto da Sociedade Alvo. Estão diretamente relacionados a esse risco, inclusive e sem limitação: realização de gastos acima do orçado (*cost overruns*); cumprimento do cronograma físico; falhas na concepção do projeto e de obras; risco fundiário; falência ou ocorrência de problemas graves com construtor e/ou fornecedores. Tais eventos podem causar prejuízos a Classe.
- (vi) Risco de performance operacional, operação e manutenção: esse risco ocorre quando a produtividade do projeto da Sociedade Alvo não atinge os níveis previstos, comprometendo a geração de caixa e o cumprimento de contratos pela Sociedade Alvo. A origem desses riscos pode estar em falhas nos desenhos dos equipamentos selecionados, erros de especificação, uso de tecnologia nova não testada adequadamente, planejamento de operação e manutenção inadequados, seguros, entre outros, e pode afetar negativamente as atividades do Fundo ou da Classe. Ademais, as Sociedades Alvo assumem os riscos de performance dos projetos explorados nos termos da matriz de risco dos respectivos contratos. A incidência de um evento alocado à Sociedade Alvo, como, por exemplo, a redução da demanda estimada, deverá ser suportado integralmente pela Sociedade Alvo o que poderá ter um efeito adverso sobre os negócios e situação financeira da Classe.
- (vii) Risco relacionado à extinção dos contratos das Sociedades Alvo: os contratos das Sociedades Alvo estarão sujeitos à extinção antecipada em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação e pelos próprios contratos, por meio da instauração de processo administrativo, no qual deverá ser garantido o contraditório e ampla defesa. Ocorrendo a extinção do contrato, os ativos utilizados em concessões e arrendamentos serão revertidos ao Poder Concedente e, nos termos da legislação vigente, seu titular deverá ser ressarcido por investimentos realizados com relação a referidos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados. Não podemos garantir que, em caso de extinção antecipada, eventual indenização do valor de ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados compensará a perda de lucro futuro. Se o Poder Concedente extinguir o contrato da Sociedade Alvo em caso de inadimplemento, o

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

valor pode ser reduzido a até zero, a partir do desconto do valor das multas e dos danos eventualmente causados pela concessionária. O término antecipado dos contratos poderá ter um efeito adverso sobre os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Classe.

- (viii) Risco relacionado à renovação dos contratos: os instrumentos contratuais das Sociedades Alvo disporão sobre o prazo determinado para a implantação e exploração do projeto de implementação de seus respectivos projetos, sendo que determinados contratos podem prever a impossibilidade de prorrogação do termo contratual. Além disso, em virtude da discricionariedade administrativa para a prorrogação e/ou renovação das outorgas, o Poder Concedente poderá não permitir tais renovações ou as Sociedades Alvo poderão não aceitar os termos e condições propostos para as prorrogações em questão. Não há como garantir que as atuais outorgas das Sociedades Alvo serão renovadas em termos iguais e/ou mais favoráveis do que aqueles atualmente em vigor.

CAPÍTULO 17 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

17.1 A Classe terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis da Classe serem segregadas das do Administrador, bem como das do Custodiante.

17.1.1 Os ativos e passivos da Classe, incluindo a sua carteira de investimentos, serão apurados com base nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, contemplando todo o arcabouço normativo, legal e principiológico que rege a ciência contábil no Brasil (“**BR GAAP**”) e demais normas aplicáveis, especialmente a Instrução CVM 579, inclusive para fins de provisionamento de pagamentos, encargos, passivos em geral e eventual baixa de investimentos.

17.1.2 Além do disposto no item anterior, a apuração do valor contábil da carteira de investimentos da Classe deverá ser procedida de acordo com os seguintes critérios:

- (i) os Ativos Alvo e Ativos Financeiros de renda variável serão contabilizados pelo respectivo valor justo com base em laudo de avaliação preparado por avaliadores independentes contratados de comum acordo pelo Administrador e pelo Gestor, nos termos previstos pela regulamentação aplicável e deste Anexo;
- (ii) os Ativos Alvo e Ativos Financeiros de renda fixa sem cotação disponível no mercado serão contabilizados pelo custo de aquisição, ajustado pela curva do título, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento; e
- (iii) os demais Ativos Alvo e Ativos Financeiros de renda fixa com cotação disponível no mercado serão contabilizados pelo preço de mercado, de acordo com as regras vigentes de marcação a mercado e com a política interna de contabilização de ativos do Administrador, conforme disponível em <https://www.btgpactual.com/asset-management/administracao-fiduciaria> e procurar por “Manual de Precificação dos Ativos”, acessando o manual do “BTG Pactual”.

17.1.3 As demonstrações financeiras da Classe, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, deverão ser elaboradas de acordo com as normas de escrituração expedidas pela CVM, devendo ser auditadas anualmente por Empresa de Auditoria registrada na CVM, observado o item 17.1.2 acima e as normas que disciplinam o exercício dessa atividade. Para os fins deste item, ocorrerá baixa contábil, parcial ou total, de investimento(s) da Classe em Sociedade(s) Alvo(s) quando a Empresa de Auditoria, o Administrador e/ou o Gestor recomendar(em) que um investimento realizado não gerará

Anexo I ao Regulamento**CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

mais retorno à Classe, ocasião em que o referido valor deixará de integrar o Patrimônio Líquido da Classe.

17.1.4 O Administrador é o responsável pela elaboração e divulgação das demonstrações contábeis da Classe, inclusive com base no laudo de avaliação preparado por avaliadores independentes de que trata o subitem 17.1.2(i) acima e, assim, deve definir a sua classificação contábil entre entidade ou não de investimento e efetuar o adequado reconhecimento, mensuração e divulgação do valor dos investimentos da Classe, conforme previsto na regulamentação específica.

17.1.5 O Administrador, sem se eximir de suas responsabilidades pela elaboração das demonstrações contábeis da Classe, pode utilizar informações do Gestor ou de avaliadores independentes, para efetuar a classificação contábil da Classe ou, ainda, para determinar o valor justo dos seus investimentos.

17.1.6 Ao utilizar informações do Gestor, nos termos do item 17.1.5 acima, o Administrador deve, por meio de esforços razoáveis e no âmbito do seu dever de diligência, obter o conforto necessário sobre a adequação de tais informações obtidas.

17.2 As demonstrações contábeis da Classe serão ser elaboradas pelo Administrador ao final de cada exercício, nos termos da Instrução CVM 579 e pelo plano contábil apropriado, devendo ser auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria.

CAPÍTULO 18 – DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 A assinatura, pelo subscritor, do Termo de Adesão implica na sua expressa ciência e concordância com todos os termos, condições e documentos do Regulamento, deste Anexo, bem como do Apêndice aplicável à respectiva Subclasse, conforme o caso, a cujo cumprimento estará obrigado.

18.2 Em caso de morte ou incapacidade do Cotista, o representante do espólio ou do incapaz exercerá os direitos e cumprirá as obrigações, perante o Administrador, que cabiam ao *de cujus* ou ao incapaz, observadas as prescrições legais.

18.3 Os Cotistas deverão manter em sigilo: (i) as informações constantes de estudos e análises de investimento elaborados pelo ou para o Administrador e/ou o Gestor; (ii) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas; e (iii) os documentos relativos às operações da Classe, não podendo revelar utilizar ou divulgar, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo com o consentimento prévio e por escrito do Gestor ou se obrigado por ordem de autoridades governamentais, sendo que nesta última hipótese, o Administrador e o Gestor deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

* * *

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse A

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

APÊNDICE DA SUBCLASSE A

**COTAS DA SUBCLASSE A DA CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

CAPÍTULO 1 – CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 As principais características das Cotas da Subclasse A da Classe Única do Fundo estão descritas abaixo:

Público-Alvo	Investidor Qualificado que atendam os requisitos para investimento nas Cotas da Subclasse A, nos termos do Anexo I e do respectivo instrumento que aprovar a emissão, o qual poderá, a critério do Gestor, prever critérios específicos adicionais para alocação dos investidores na Subclasse A, inclusive critérios financeiros, como valor mínimo de subscrição.
Direitos Políticos	Os Cotistas titulares das Cotas da Subclasse A terão direito a quantidade de votos representativa do seu patrimônio.

REMUNERAÇÃO

1.2 As seguintes remunerações serão devidas exclusivamente pelos Cotistas das Cotas da Subclasse A para remunerar os seus prestadores de serviços:

Taxa	Base de cálculo e percentual
Taxa de Gestão	2% a.a. (dois por cento ao ano) sobre: (i) o capital subscrito, nos termos do Compromisso de Investimento, durante o Período de Investimento; e (ii) o menor entre o Patrimônio Líquido da Classe e o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, após o final do Período de Investimento. A Taxa de Gestão será apropriada diariamente (base 252 dias úteis) e paga pelo Fundo à Gestora, mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.
Taxa de Performance	20% (vinte por cento) incidente sobre os valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas que excederem o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, sujeito ao Retorno Preferencial equivalente à variação positiva do IPCA acrescido de 7% (sete por cento), observados os termos descritos abaixo: (i) Primeiramente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente à participação de cada cotista no Patrimônio Líquido da Classe, até que todos os respectivos Cotistas tenham recebido o valor correspondente a 100% (cem por cento) do respectivo Capital Integralizado; (ii) Posteriormente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente ao Capital Integralizado de cada Cotista, até que os Cotistas tenham recebido o valor correspondente ao retorno preferencial composto pela variação do IPCA acrescido de 7% (sete por cento) ao ano desde a data da respectiva integralização constante no Apêndice de cada Subclasse, respectivamente ("Retorno Preferencial");

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse A

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

- (iii) Uma vez atendido o disposto nos incisos (i) e (ii) acima, 100% (cem por cento) das amortizações serão destinadas ao Gestor ("**Catch-up**"), até que o Gestor tenha recebido o valor correspondente ao percentual da Taxa de Performance definido no respectivo Apêndice de cada Subclasse sobre a soma (a) dos valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas, incluindo o pagamento do Retorno Preferencial distribuído conforme o inciso (ii) acima, que excederem os valores integralizados por estes Cotistas, com (b) o próprio valor pago ao Gestor até o momento do cálculo do *Catch-up*;
- (iv) Após pago o *Catch-up* ao Gestor mencionado no inciso anterior, havendo quaisquer outros ganhos e/ou rendimentos das Cotas da Subclasse A, estes serão distribuídos observando-se as proporções definidas neste Apêndice;
- (v) A Taxa de Performance será apurada mensalmente e paga de acordo com a periodicidade prevista acima; e
- (vi) Tendo em vista a data de apuração da Taxa de Performance, será utilizada a variação mensal do IPCA referente ao mês anterior. Esta taxa não representa e nem deve ser considerada, a qualquer momento e sob qualquer hipótese, como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade ou de isenção de riscos para os cotistas.

- 1.3** As demais características referentes à Taxa de Gestão e Taxa de Performance devidas pelos Cotistas das Cotas da Subclasse A estão disciplinadas no Anexo.

ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS

- 1.4** Os seguintes quóruns relacionados aos cotistas titulares das Cotas da Subclasse A deverão ser observados pela Assembleia Especial de Cotistas ao deliberar as matérias abaixo:

Matéria	Quórum
(i) alterações deste Apêndice, que não aquelas matérias expressamente previstas neste item 1.4; e	Maioria das Cotas subscritas
(ii) aumento da Taxa de Gestão e da Taxa de Performance;	75%, no mínimo, das Cotas subscritas

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse B

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

APÊNDICE DA SUBCLASSE B
**COTAS DA SUBCLASSE B DA CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**
CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 As principais características das Cotas da Subclasse B da Classe Única do Fundo estão descritas abaixo:

Público-Alvo	Investidor Qualificado que atendam os requisitos para investimento nas Cotas da Subclasse B, nos termos do Anexo I e do respectivo instrumento que aprovar a emissão, o qual poderá, a critério do Gestor, prever critérios específicos adicionais para alocação dos investidores na Subclasse B, inclusive critérios financeiros, como valor mínimo de subscrição.
Direitos Políticos	Os Cotistas titulares das Cotas da Subclasse B terão direito a quantidade de votos representativa do seu patrimônio.

REMUNERAÇÃO

1.2 As seguintes remunerações serão devidas exclusivamente pelos Cotistas das Cotas da Subclasse B para remunerar os seus prestadores de serviços:

Taxa	Base de cálculo e percentual
Taxa de Gestão	1,75% a.a. (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre: (i) o capital subscrito, nos termos do Compromisso de Investimento, durante o Período de Investimento; e (ii) o menor entre o Patrimônio Líquido da Classe e o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, após o final do Período de Investimento. A Taxa de Gestão será apropriada diariamente (base 252 dias úteis) e paga pelo Fundo à Gestora, mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.
Taxa de Performance	20% (vinte por cento) incidente sobre os valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas que excederem o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, sujeito ao Retorno Preferencial equivalente a variação positiva do IPCA acrescido de 7% (sete por cento), observados os termos descritos abaixo: (i) Primeiramente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente à participação de cada cotista no Patrimônio Líquido da Classe, até que todos os respectivos Cotistas tenham recebido o valor correspondente a 100% (cem por cento) do respectivo Capital Integralizado; (ii) Posteriormente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente ao Capital Integralizado de cada Cotista, até que os Cotistas tenham recebido o valor correspondente ao retorno preferencial composto pela variação do IPCA acrescido de 7% (sete por cento) ao ano desde a data da respectiva integralização (“ Retorno Preferencial ”); (iii) Uma vez atendido o disposto nos incisos (i) e (ii) acima, 100% (cem por cento) das amortizações serão destinadas ao Gestor (“ Catch-up ”), até que o Gestor tenha recebido

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse B

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

o valor correspondente ao percentual da Taxa de Performance definido no respectivo Apêndice de cada Subclasse sobre a soma (a) dos valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas, incluindo o pagamento do Retorno Preferencial distribuído conforme o inciso (ii) acima, que excederem os valores integralizados por estes Cotistas, com (b) o próprio valor pago ao Gestor até o momento do cálculo do *Catch-up*;

(iv) Após pago o *Catch-up* ao Gestor mencionado no inciso anterior, havendo quaisquer outros ganhos e/ou rendimentos das Cotas da Subclasse B, estes serão distribuídos observando-se as proporções definidas neste Apêndice;

(v) A Taxa de Performance será apurada mensalmente e paga de acordo com a periodicidade prevista acima; e

(vi) Tendo em vista a data de apuração da Taxa de Performance, será utilizada a variação mensal do IPCA referente ao mês anterior. Esta taxa não representa e nem deve ser considerada, a qualquer momento e sob qualquer hipótese, como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade ou de isenção de riscos para os cotistas.

- 1.3** As demais características referentes à Taxa de Gestão e Taxa de Performance devidas pelos Cotistas das Cotas da Subclasse B estão disciplinadas no Anexo.

ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS

- 1.4** Os seguintes quóruns relacionados aos cotistas titulares das Cotas da Subclasse B deverão ser observados pela Assembleia Especial de Cotistas ao deliberar as matérias abaixo:

Matéria	Quórum
(i) alterações deste Apêndice, que não aquelas matérias expressamente previstas neste item 1.4; e	Maioria das Cotas subscritas
(ii) aumento da Taxa de Gestão e da Taxa de Performance;	75%, no mínimo, das Cotas subscritas

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse C

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

APÊNDICE DA SUBCLASSE C

**COTAS DA SUBCLASSE C DA CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 As principais características das Cotas da Subclasse C da Classe Única do Fundo estão descritas abaixo:

Público-Alvo	Investidor Qualificado que atendam os requisitos para investimento nas Cotas da Subclasse C, nos termos do Anexo I e do respectivo instrumento que aprovar a emissão, o qual poderá, a critério do Gestor, prever critérios específicos adicionais para alocação dos investidores na Subclasse C, inclusive critérios financeiros, como valor mínimo de subscrição.
Direitos Políticos	Os Cotistas titulares das Cotas da Subclasse C terão direito a quantidade de votos representativa do seu patrimônio.

REMUNERAÇÃO

1.2 As seguintes remunerações serão devidas exclusivamente pelos Cotistas das Cotas da Subclasse C para remunerar os seus prestadores de serviços:

Taxa	Base de cálculo e percentual
Taxa de Gestão	1,50% a.a. (um inteiro e cinquenta centésimos por cento ao ano) sobre: (i) o capital subscrito, nos termos do Compromisso de Investimento, durante o Período de Investimento; e (ii) o menor entre o Patrimônio Líquido da Classe e o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, após o final do Período de Investimento. A Taxa de Gestão será apropriada diariamente (base 252 dias úteis) e paga pelo Fundo à Gestora, mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.
Taxa de Performance	17,5% (dezesete inteiros e cinco décimos por cento) incidente sobre os valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas que excederem o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, sujeito ao Retorno Preferencial equivalente à variação positiva do IPCA acrescida de 7% (sete por cento), observada a ordem de prioridade de amortizações, nos termos descritos abaixo: (i) Primeiramente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente à participação de cada cotista no Patrimônio Líquido da Classe, até que todos os respectivos Cotistas tenham recebido o valor correspondente a 100% (cem por cento) do respectivo Capital Integralizado; (ii) Posteriormente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente ao Capital Integralizado de cada Cotista, até que os Cotistas tenham recebido o valor correspondente ao retorno preferencial composto pela variação do IPCA acrescido de 7% (sete por cento) ao ano desde a data da respectiva integralização (“Retorno Preferencial”);

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse C

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

- (iii) Uma vez atendido o disposto nos incisos (i) e (ii) acima, 100% (cem por cento) das amortizações serão destinadas ao Gestor (“**Catch-up**”), até que o Gestor tenha recebido o valor correspondente ao percentual da Taxa de Performance definido no respectivo Apêndice de cada Subclasse sobre a soma (a) dos valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas, incluindo o pagamento do Retorno Preferencial distribuído conforme o inciso (ii) acima, que excederem os valores integralizados por estes Cotistas, com (b) o próprio valor pago ao Gestor até o momento do cálculo do *Catch-up*;
- (iv) Após pago o *Catch-up* ao Gestor mencionado no inciso anterior, havendo quaisquer outros ganhos e/ou rendimentos das Cotas da Subclasse C, estes serão distribuídos observando-se as proporções definidas neste Apêndice;
- (v) A Taxa de Performance será apurada mensalmente e paga de acordo com a periodicidade prevista acima; e
- (vi) Tendo em vista a data de apuração da Taxa de Performance, será utilizada a variação mensal do IPCA referente ao mês anterior. Esta taxa não representa e nem deve ser considerada, a qualquer momento e sob qualquer hipótese, como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade ou de isenção de riscos para os cotistas.

- 1.3** As demais características referentes à Taxa de Gestão e Taxa de Performance devidas pelos Cotistas das Cotas da Subclasse C estão disciplinadas no Anexo.

ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS

- 1.4** Os seguintes quóruns relacionados aos cotistas titulares das Cotas da Subclasse C deverão ser observados pela Assembleia Especial de Cotistas ao deliberar as matérias abaixo:

Matéria		Quórum
(i)	alterações deste Apêndice, que não aquelas matérias expressamente previstas neste item 1.4; e	Maioria das Cotas subscritas
(ii)	aumento da Taxa de Gestão e da Taxa de Performance;	75%, no mínimo, das Cotas subscritas

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse D

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

APÊNDICE DA SUBCLASSE D

**COTAS DA SUBCLASSE D DA CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 As principais características das Cotas da Subclasse D da Classe Única do Fundo estão descritas abaixo:

Público-Alvo	Investidor Qualificado que atendam os requisitos para investimento nas Cotas da Subclasse D, nos termos do Anexo I e do respectivo instrumento que aprovar a emissão, o qual poderá, a critério do Gestor, prever critérios específicos adicionais para alocação dos investidores na Subclasse D, inclusive critérios financeiros, como valor mínimo de subscrição.
Direitos Políticos	Os Cotistas titulares das Cotas da Subclasse D terão direito a quantidade de votos representativa do seu patrimônio.

REMUNERAÇÃO

1.2 As seguintes remunerações serão devidas exclusivamente pelos Cotistas das Cotas da Subclasse D para remunerar os seus prestadores de serviços:

Taxa	Base de cálculo e percentual
Taxa de Gestão	1,25% a.a. (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre: (i) o capital subscrito, nos termos do Compromisso de Investimento, durante o Período de Investimento; e (ii) o menor entre o Patrimônio Líquido da Classe e o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, após o final do Período de Investimento. A Taxa de Gestão será apropriada diariamente (base 252 dias úteis) e paga pelo Fundo à Gestora, mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.
Taxa de Performance	15,0% (quinze por cento) incidente sobre os valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas que excederem o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, sujeito ao Retorno Preferencial equivalente à variação positiva do IPCA acrescida de 7% (sete por cento), observados os termos descritos abaixo: (i) Primeiramente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente à participação de cada cotista no Patrimônio Líquido da Classe, até que todos os respectivos Cotistas tenham recebido o valor correspondente a 100% (cem por cento) do respectivo Capital Integralizado; (ii) Posteriormente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente ao Capital Integralizado de cada Cotista, até que os Cotistas tenham recebido o valor correspondente ao retorno preferencial composto pela variação do IPCA acrescido de 7% (sete por cento) ao ano desde a data da respectiva integralização (“ Retorno Preferencial ”); (iii) Uma vez atendido o disposto nos incisos (i) e (ii) acima, 100% (cem por cento) das amortizações serão destinadas ao Gestor (“ Catch-up ”), até que o Gestor tenha recebido o

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse D

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

valor correspondente ao percentual da Taxa de Performance definido no respectivo Apêndice de cada Subclasse sobre a soma (a) dos valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas, incluindo o pagamento do Retorno Preferencial distribuído conforme o inciso (ii) acima, que excederem os valores integralizados por estes Cotistas, com (b) o próprio valor pago ao Gestor até o momento do cálculo do *Catch-up*;

(iv) Após pago o *Catch-up* ao Gestor mencionado no inciso anterior, havendo quaisquer outros ganhos e/ou rendimentos das Cotas da Subclasse D, estes serão distribuídos observando-se as proporções definidas neste Apêndice;

(v) A Taxa de Performance será apurada mensalmente e paga de acordo com a periodicidade prevista acima; e

(vi) Tendo em vista a data de apuração da Taxa de Performance, será utilizada a variação mensal do IPCA referente ao mês anterior. Esta taxa não representa e nem deve ser considerada, a qualquer momento e sob qualquer hipótese, como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade ou de isenção de riscos para os cotistas.

Adicionalmente, na ocorrência de evento de Amortização Antecipada da Subclasse D mediante entrega de Ativos Alvo aos Cotistas da Subclasse D, será observado o procedimento descrito nos itens 1.4.2 e 1.4.3 abaixo.

- 1.3** As demais características referentes à Taxa de Gestão e Taxa de Performance devidas pelos Cotistas das Cotas da Subclasse D estão disciplinadas no Anexo.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS DA SUBCLASSE D

- 1.4** Na hipótese de prorrogação do Prazo de Duração da Classe, com o consequente encerramento da Classe após o Prazo de Duração estabelecido no momento da sua constituição, qual seja, até 7 (sete) anos contados da primeira Data de Integralização de Cotas da Classe, será permitida a realização da amortização antecipada de cotas da Subclasse D, em moeda corrente nacional ou mediante a entrega de Ativos Alvo aos Cotistas da Subclasse D, desde que com titularidade plena e livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou garantias reais, na proporção correspondente à participação de tais Cotistas da Subclasse D em relação ao patrimônio líquido da Classe, conforme decisão do Gestor comunicada ao Administrador com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência (“**Amortização Antecipada da Subclasse D**”).

- 1.4.1** Na hipótese de Amortização Antecipada da Subclasse D mediante entrega de Ativos Alvo aos Cotistas da Subclasse D, nos termos do item 1.4 acima, os referidos Ativos Alvo deverão ser objeto de laudo de avaliação elaborado por avaliador independente previamente selecionado pelo Administrador, para fins de apuração de seu valor justo de mercado. O laudo de avaliação deverá ter sido elaborado em data não anterior a 3 (três) meses da data da Amortização Antecipada da Subclasse D.

- 1.4.2** Uma vez realizada a Amortização Antecipada da Subclasse D, o Gestor fará jus à parcela da Taxa de Performance calculada e provisionada nos termos desse Apêndice da Subclasse D, considerando o período de apuração encerrado na data do efetivo pagamento integral da Subclasse D (“**Antecipação da Taxa de Performance**”).

- 1.4.3** Adicionalmente, na ocorrência de Amortização Antecipada da Subclasse D mediante entrega de Ativos Alvo aos Cotistas da Subclasse D, nos termos do item 1.4 acima, observado o disposto no item 1.4.1



Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse D

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

acima, o pagamento da Taxa de Performance devida ao Gestor pela Subclasse D também poderá ser realizado mediante entrega de Ativos Alvo, proporcionalmente ao valor devido, a critério do Gestor, sendo certo que aplicar-se-á igualmente o disposto no item 1.4.1 acima quanto à obrigatoriedade de laudo de avaliação elaborado por avaliador independente previamente selecionado pelo Administrador, elaborado em data não anterior a 3 (três) meses da data da Antecipação da Taxa de Performance (conforme definido abaixo).

ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS

1.5 Os seguintes quóruns relacionados aos cotistas titulares das Cotas da Subclasse D deverão ser observados pela Assembleia Especial de Cotistas ao deliberar as matérias abaixo:

Matéria		Quórum
(i)	alterações deste Apêndice, que não aquelas matérias expressamente previstas neste item 1.4; e	Maioria das Cotas subscritas
(ii)	aumento da Taxa de Gestão e da Taxa de Performance;	75%, no mínimo, das Cotas subscritas

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse E

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

APÊNDICE DA SUBCLASSE E
**COTAS DA SUBCLASSE E DA CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**
CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 As principais características das Cotas da Subclasse E da Classe Única do Fundo estão descritas abaixo:

Público-Alvo	Investidor Qualificado que atendam os requisitos para investimento nas Cotas da Subclasse E, nos termos do Anexo I e do respectivo instrumento que aprovar a emissão, o qual poderá, a critério do Gestor, prever critérios específicos adicionais para alocação dos investidores na Subclasse E, inclusive critérios financeiros, como valor mínimo de subscrição.
Direitos Políticos	Os Cotistas titulares das Cotas da Subclasse E terão direito a quantidade de votos representativa do seu patrimônio.

REMUNERAÇÃO

1.2 As seguintes remunerações serão devidas exclusivamente pelos Cotistas das Cotas da Subclasse E para remunerar os seus prestadores de serviços:

Taxa	Base de cálculo e percentual
Taxa de Gestão	1,85% a.a. (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre: (i) o capital subscrito, nos termos do Compromisso de Investimento, durante o Período de Investimento; e (ii) o menor entre o Patrimônio Líquido da Classe e o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, após o final do Período de Investimento. A Taxa de Gestão será apropriada diariamente (base 252 dias úteis) e paga pelo Fundo à Gestora, mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.
Taxa de Performance	20,0% (vinte por cento) incidente sobre os valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas que excederem o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, sujeito ao Retorno Preferencial equivalente a variação positiva do IPCA acrescida de 7%, observados os termos descritos abaixo: (i) Primeiramente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente à participação de cada cotista no Patrimônio Líquido da Classe, até que todos os respectivos Cotistas tenham recebido o valor correspondente a 100% (cem por cento) do respectivo Capital Integralizado; (ii) Posteriormente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente ao Capital Integralizado de cada Cotista, até que os Cotistas tenham recebido o valor correspondente ao retorno preferencial composto pela variação do IPCA acrescido de 7% (sete por cento) ao ano desde a data da respectiva integralização (“Retorno Preferencial”); (iii) Uma vez atendido o disposto nos incisos (i) e (ii) acima, 100% (cem por cento) das amortizações serão destinadas ao Gestor (“Catch-up”), até que o Gestor tenha recebido o

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse E

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

	valor correspondente ao percentual da Taxa de Performance definido no respectivo Apêndice de cada Subclasse sobre a soma (a) dos valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas, incluindo o pagamento do Retorno Preferencial distribuído conforme o inciso (ii) acima, que excederem os valores integralizados por estes Cotistas, com (b) o próprio valor pago ao Gestor até o momento do cálculo do <i>Catch-up</i>; (iv) Após pago o <i>Catch-up</i> ao Gestor mencionado no inciso anterior, havendo quaisquer outros ganhos e/ou rendimentos das Cotas da Subclasse E, estes serão distribuídos observando-se as proporções definidas neste Apêndice; (v) A Taxa de Performance será apurada mensalmente e paga de acordo com a periodicidade prevista acima; e (vi) Tendo em vista a data de apuração da Taxa de Performance, será utilizada a variação mensal do IPCA referente ao mês anterior. Esta taxa não representa e nem deve ser considerada, a qualquer momento e sob qualquer hipótese, como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade ou de isenção de riscos para os cotistas.
--	--

- 1.3** As demais características referentes à Taxa de Gestão e Taxa de Performance devidas pelos Cotistas das Cotas da Subclasse E estão disciplinadas no Anexo.

ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS

- 1.4** Os seguintes quóruns relacionados aos cotistas titulares das Cotas da Subclasse E deverão ser observados pela Assembleia Especial de Cotistas ao deliberar as matérias abaixo:

Matéria	Quórum
(i) alterações deste Apêndice, que não aquelas matérias expressamente previstas neste item 1.4; e	Maioria das Cotas subscritas
(ii) aumento da Taxa de Gestão e da Taxa de Performance;	75%, no mínimo, das Cotas subscritas

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse F

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

APÊNDICE DA SUBCLASSE F

**COTAS DA SUBCLASSE F DA CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 As principais características das Cotas da Subclasse F da Classe Única do Fundo estão descritas abaixo:

Público-Alvo	Investidor Qualificado que atendam os requisitos para investimento nas Cotas da Subclasse F, nos termos do Anexo I e do respectivo instrumento que aprovar a emissão, o qual poderá, a critério do Gestor, prever critérios específicos adicionais para alocação dos investidores na Subclasse F, inclusive critérios financeiros, como valor mínimo de subscrição.
Direitos Políticos	Os Cotistas titulares das Cotas da Subclasse F terão direito a quantidade de votos representativa do seu patrimônio.

REMUNERAÇÃO

1.2 As seguintes remunerações serão devidas exclusivamente pelos Cotistas das Cotas da Subclasse F para remunerar os seus prestadores de serviços:

Taxa	Base de cálculo e percentual
Taxa de Gestão	1,75% a.a. (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre: (i) o capital subscrito, nos termos do Compromisso de Investimento, durante o Período de Investimento; e (ii) o menor entre o Patrimônio Líquido da Classe e o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, após o final do Período de Investimento. A Taxa de Gestão será apropriada diariamente (base 252 dias úteis) e paga pelo Fundo à Gestora, mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.
Taxa de Performance	17,5% (dezesete inteiros e cinco décimos por cento) incidente sobre os valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas que excederem o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, sujeito ao Retorno Preferencial equivalente à variação positiva do IPCA acrescido de 7%, observados os termos descritos abaixo: (i) Primeiramente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente à participação de cada cotista no Patrimônio Líquido da Classe, até que todos os respectivos Cotistas tenham recebido o valor correspondente a 100% (cem por cento) do respectivo Capital Integralizado; (ii) Posteriormente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente ao Capital Integralizado de cada Cotista, até que os Cotistas tenham recebido o valor correspondente ao retorno preferencial composto pela variação do IPCA acrescido de 7% (sete por cento) ao ano desde a data da respectiva integralização (“Retorno Preferencial”); (iii) Uma vez atendido o disposto nos incisos (i) e (ii) acima, 100% (cem por cento) das amortizações serão destinadas ao Gestor (“Catch-up”), até que o Gestor tenha recebido o

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse F

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

valor correspondente ao percentual da Taxa de Performance definido no respectivo Apêndice de cada Subclasse sobre a soma (a) dos valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas, incluindo o pagamento do Retorno Preferencial distribuído conforme o inciso (ii) acima, que excederem os valores integralizados por estes Cotistas, com (b) o próprio valor pago ao Gestor até o momento do cálculo do *Catch-up*;

(iv) Após pago o *Catch-up* ao Gestor mencionado no inciso anterior, havendo quaisquer outros ganhos e/ou rendimentos das Cotas da Subclasse F, estes serão distribuídos observando-se as proporções definidas neste Apêndice;

(v) A Taxa de Performance será apurada mensalmente e paga de acordo com a periodicidade prevista acima; e

(vi) Tendo em vista a data de apuração da Taxa de Performance, será utilizada a variação mensal do IPCA referente ao mês anterior. Esta taxa não representa e nem deve ser considerada, a qualquer momento e sob qualquer hipótese, como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade ou de isenção de riscos para os cotistas.

- 1.3** As demais características referentes à Taxa de Gestão e Taxa de Performance devidas pelos Cotistas das Cotas da Subclasse F estão disciplinadas no Anexo.

ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS

- 1.4** Os seguintes quóruns relacionados aos cotistas titulares das Cotas da Subclasse F deverão ser observados pela Assembleia Especial de Cotistas ao deliberar as matérias abaixo:

Matéria	Quórum
(i) alterações deste Apêndice, que não aquelas matérias expressamente previstas neste item 1.3; e	Maioria das Cotas subscritas
(ii) aumento da Taxa de Gestão e da Taxa de Performance;	75%, no mínimo, das Cotas subscritas

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse G

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

APÊNDICE DA SUBCLASSE G

**COTAS DA SUBCLASSE G DA CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 As principais características das Cotas da Subclasse G da Classe Única do Fundo estão descritas abaixo:

Público-Alvo	Investidor Qualificado que atendam os requisitos para investimento nas Cotas da Subclasse G, nos termos do Anexo I e do respectivo instrumento que aprovar a emissão, o qual poderá, a critério do Gestor, prever critérios específicos adicionais para alocação dos investidores na Subclasse G, inclusive critérios financeiros, como valor mínimo de subscrição.
Direitos Políticos	Os Cotistas titulares das Cotas da Subclasse G terão direito a quantidade de votos representativa do seu patrimônio.

REMUNERAÇÃO

1.2 As seguintes remunerações serão devidas exclusivamente pelos Cotistas das Cotas da Subclasse G para remunerar os seus prestadores de serviços:

Taxa	Base de cálculo e percentual
Taxa de Gestão	1,50% a.a. (um inteiro e cinquenta centésimos por cento ao ano) sobre: (i) o capital subscrito, nos termos do Compromisso de Investimento, durante o Período de Investimento; e (ii) o menor entre o Patrimônio Líquido da Classe e o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, após o final do Período de Investimento. A Taxa de Gestão será apropriada diariamente (base 252 dias úteis) e paga pelo Fundo à Gestora, mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.
Taxa de Performance	15,0% (quinze por cento) incidente sobre os valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas que excederem o somatório dos valores integralizados por estes Cotistas, sujeito ao Retorno Preferencial equivalente à variação positiva do IPCA acrescida de 7% (sete por cento), observados os termos descritos abaixo: (i) Primeiramente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente à participação de cada cotista no Patrimônio Líquido da Classe, até que todos os respectivos Cotistas tenham recebido o valor correspondente a 100% (cem por cento) do respectivo Capital Integralizado; (ii) Posteriormente, as amortizações serão integralmente destinadas aos Cotistas, <i>pro rata</i> e proporcionalmente ao Capital Integralizado de cada Cotista, até que os Cotistas tenham recebido o valor correspondente ao retorno preferencial composto pela variação do IPCA acrescido de 7% (sete por cento) ao ano desde a data da respectiva integralização (“Retorno Preferencial”); (iii) Uma vez atendido o disposto nos incisos (i) e (ii) acima, 100% (cem por cento) das amortizações serão destinadas ao Gestor (“Catch-up”), até que o Gestor tenha recebido o

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse G

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

valor correspondente ao percentual da Taxa de Performance definido no respectivo Apêndice de cada Subclasse sobre a soma (a) dos valores distribuídos em razão da amortização ou resgate das Cotas, incluindo o pagamento do Retorno Preferencial distribuído conforme o inciso (ii) acima, que excederem os valores integralizados por estes Cotistas, com (b) o próprio valor pago ao Gestor até o momento do cálculo do *Catch-up*;

(iv) A Taxa de Performance será apurada mensalmente e paga de acordo com a periodicidade prevista acima;

(v) Após pago o *Catch-up* ao Gestor mencionado no inciso anterior, havendo quaisquer outros ganhos e/ou rendimentos das Cotas da Subclasse G, estes serão distribuídos observando-se as proporções definidas neste Apêndice;

(vi) Tendo em vista a data de apuração da Taxa de Performance, será utilizada a variação mensal do IPCA referente ao mês anterior. Esta taxa não representa e nem deve ser considerada, a qualquer momento e sob qualquer hipótese, como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade ou de isenção de riscos para os cotistas.

- 1.3** As demais características referentes à Taxa de Gestão e Taxa de Performance devidas pelos Cotistas das Cotas da Subclasse G estão disciplinadas no Anexo.

ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS

- 1.4** Os seguintes quóruns relacionados aos cotistas titulares das Cotas da Subclasse G deverão ser observados pela Assembleia Especial de Cotistas ao deliberar as matérias abaixo:

Matéria		Quórum
(i)	alterações deste Apêndice, que não aquelas matérias expressamente previstas neste item 1.4; e	Maioria das Cotas subscritas
(ii)	aumento da Taxa de Gestão e da Taxa de Performance;	75%, no mínimo, das Cotas subscritas

Anexo I ao Regulamento – Apêndice da Subclasse H

CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
RESPONSABILIDADE LIMITADA

APÊNDICE DA SUBCLASSE H

**COTAS DA SUBCLASSE G DA CLASSE ÚNICA DO AQUAMARINE IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 As principais características das Cotas da Subclasse H da Classe Única do Fundo estão descritas abaixo:

Público-Alvo	Investidores Qualificados, que se caracterizem como: (i) a pessoa jurídica do próprio Gestor, diretamente ou por meio de fundos de investimentos exclusivos; (ii) fundo de investimento constituído no Brasil que seja restrito ao Gestor ou, desde que seja pessoa natural domiciliada no Brasil, o sócio, diretor ou membros da equipe chave, responsáveis pela gestão do Fundo e que sejam vinculados ao Gestor, conforme descritas no Regulamento ou nos respectivos Compromissos de Investimento; ou (iii) pessoas jurídicas, sediadas no Brasil ou no exterior, que estejam ligadas ao mesmo grupo econômico do Gestor, excetuadas as empresas coligadas, entre outras pessoas jurídicas ligadas ao Gestor (“ Pessoas Relacionadas ao Gestor ”).
Direitos Políticos	Os Cotistas titulares das Cotas da Subclasse H terão direito a quantidade de votos representativa do seu patrimônio.

REMUNERAÇÃO

1.2 Não serão devidas Taxa de Gestão e Taxa de Performance pelos Cotistas das Cotas da Subclasse H.

OBRIGAÇÕES E DIREITOS PREFERENCIAIS

1.3 Não serão estabelecidos preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza ao Gestor ou às Pessoas Relacionadas ao Gestor em relação aos demais Cotistas, nos termos do art. 23, §2º da Resolução CMN 4.994.

1.4 O Gestor e as Pessoas Relacionadas ao Gestor deverão manter durante todo o prazo de duração do Fundo, no mínimo, 3% (três por cento) do capital subscrito da Classe, de acordo com o art. 23 § 2º, inciso I da Resolução CMN 4.994.

ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS

1.5 Os seguintes quóruns relacionados aos cotistas titulares das Cotas da Subclasse H deverão ser observados pela Assembleia Especial de Cotistas ao deliberar as matérias abaixo:

Matéria		Quórum
(i)	alterações deste Apêndice, que não aquelas matérias expressamente previstas neste item 1.4; e	Maioria das Cotas subscritas
(ii)	aumento da Taxa de Gestão e da Taxa de Performance;	75%, no mínimo, das Cotas subscritas

* * *